





# ÍNDICE

<b>TABELA DE FIGURAS</b>	<b>i</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS</b>	<b>ii</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>iii</b>
<b>1.0 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2.0 VISÃO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS NA REGIÃO</b>	<b>13</b>
<b>2.1 ACONTECIMENTOS POLÍTICOS</b>	<b>13</b>
<b>2.2 ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER ECONÓMICO</b>	<b>13</b>
2.2.1 <i>Contexto Económico Regional</i>	13
2.2.1.1 <i>PIB Real</i>	13
2.2.1.2 <i>Inflação</i>	14
2.2.1.3 <i>Poupança e Investimento Interno</i>	14
2.2.1.4 <i>Sector Fiscal</i>	15
2.2.1.5 <i>Sector Externo</i>	16
2.2.1.6 <i>Perspectivas a Médio Prazo</i>	17
2.2.1.7 <i>Factores Subjacentes às Actuais Perspectivas Económicas</i>	18
2.2.1.8 <i>Implicações em termos de Políticas</i>	19
<b>3.0 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL</b>	<b>21</b>
<b>3.1 PLANO INSTITUCIONAL DO SECRETARIADO DA SADC PARA 2010/11: VISÃO GERAL</b>	<b>21</b>
<b>3.2 VISÃO GERAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO RISDP</b>	<b>21</b>
<b>3.3 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E ECONÓMICA</b>	<b>22</b>
3.3.1 <i>Zona de Comércio Livre da SADC</i>	22
3.3.2 <i>Preparativos sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida</i>	23
3.3.3 <i>Preparativos Rumo à Criação da União Aduaneira da SADC</i>	23
3.3.4 <i>Modernização das Alfândegas e Facilitação do Comércio</i>	23
3.3.5 <i>Acordos de Parceria Económica</i>	24
3.3.6 <i>Finanças e Investimento</i>	24
3.3.7 <i>Aumento da Competitividade Produtiva</i>	24
<b>3.4 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS</b>	<b>25</b>
3.4.1 <i>Visão Geral</i>	25
3.4.2 <i>Energia</i>	26
3.4.3 <i>Transportes</i>	27
3.4.4 <i>Meteorologia</i>	29
3.4.5 <i>Comunicações e TIC</i>	29
3.4.6 <i>Água</i>	29
3.4.7 <i>Turismo</i>	30
3.4.8 <i>Desafios Principais Enfrentados na Implementação de Projectos de Infra-estruturas</i>	31

<b>3.5</b>	<b>ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS</b>	<b>31</b>
3.5.1	<i>Visão Geral</i>	31
3.5.2	<i>Produção de Cereais</i>	32
3.5.3	<i>Implementação da declaração de Dar-es-Salam e do RISDP</i>	32
3.5.3.1	<i>Fornecimento de Factores de Produção Agrícola</i>	32
3.5.3.2	<i>Pecuária e Controlo de Doenças das Plantas</i>	32
3.5.3.3	<i>Investigação Agrária e Desenvolvimento e Divulgação de Tecnologias</i>	32
3.5.3.4	<i>Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços</i>	33
3.5.3.5	<i>Prontidão para casos de Catástrofes</i>	34
3.5.3.6	<i>Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</i>	34
3.5.3.7	<i>Política Agrícola Regional</i>	35
<b>3.6</b>	<b>PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DE DIMENSÃO REGIONAL</b>	<b>35</b>
3.6.1	<i>Visão Geral</i>	35
3.6.2	<i>Educação e desenvolvimento de Competências</i>	36
3.6.3	<i>Emprego e trabalho</i>	36
3.6.4	<i>Saúde e Fármacos</i>	37
3.6.5	<i>VIH e SIDA</i>	38
3.6.6	<i>Programa Especial: Órfãos, Crianças e Jovens Vulneráveis (OVCY)</i>	38
<b>3.7</b>	<b>PROGRAMAS TRANSVERSAIS</b>	<b>38</b>
3.7.1	<i>Questões de Género e Desenvolvimento</i>	38
3.7.1.1	<i>Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento</i>	38
3.7.1.2	<i>Integração da Perspectiva de Género</i>	38
3.7.1.3	<i>A Mulher nos Cargos Políticos e de Tomada de Decisão</i>	39
3.7.1.4	<i>Programa de Potenciamento Económico da Mulher</i>	39
3.7.2	<i>Estatística</i>	41
3.7.2.1	<i>Parceiros Estratégicos</i>	41
3.7.2.2	<i>Áreas Prioritárias</i>	41
3.7.2.3	<i>Realizações e Actividades Empreendidas</i>	41
3.7.3	<i>Ciência, Tecnologia e Inovação</i>	42
<b>4.0</b>	<b>POLÍTICAS, PLANEAMENTO, ORÇAMENTAÇÃO E FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>4.1</b>	<b>POLÍTICAS, PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO</b>	<b>43</b>
4.1.1	<i>Visão Geral</i>	43
4.1.2	<i>Formulação de Políticas e Estratégias, Planeamento e Monitorização e Avaliação</i>	43
4.1.3	<i>Plano de Actividades Institucionais e Documento de Previsão Orçamental</i>	43
4.1.4	<i>Gestão do Risco</i>	43
<b>4.2</b>	<b>ORÇAMENTO E FINANÇAS</b>	<b>46</b>
4.2.1	<i>Prioridades Operacionais para 2010/11</i>	46
4.2.2	<i>Visão Geral sobre a Situação Orçamental e Financeira</i>	46
<b>4.3</b>	<b>RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>47</b>
4.3.1	<i>Promoções Institucionais e Artigos de Marca</i>	47
4.3.2	<i>Assuntos Públicos</i>	47
4.3.3	<i>Serviços Fotográficos</i>	48
4.3.4	<i>Prémio de Jornalismo e Concurso de Redacção</i>	48

4.3.5	<i>Serviços Bibliotecários</i>	48
<b>5.0</b>	<b>REFORMAS E REFORÇO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS</b>	<b>49</b>
5.1	<b>CORRESPONDÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS</b>	<b>49</b>
5.2	<b>REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL</b>	<b>49</b>
<b>6.0</b>	<b>INTEGRAÇÃO CONTINENTAL</b>	<b>51</b>
6.1	<b>UNIÃO AFRICANA</b>	<b>51</b>
6.2	<b>NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁFRICA (NEPAD)</b>	<b>51</b>
6.3	<b>TRIPARTIDA COMESA – EAC – SADC</b>	<b>52</b>
6.3.1	<i>Visão Geral</i>	52
6.3.2	<i>ZCL Tripartida</i>	53
6.3.3	<i>Comércio e Alfândegas</i>	53
6.3.4	<i>Desenvolvimento de Infra-estruturas</i>	53
6.3.4.1	<i>Autoridade Conjunta de Concorrência sobre a Liberalização do Transporte Aéreo</i>	53
6.3.4.2	<i>Implementação de um Espaço Aéreo Único e Contínuo</i>	54
6.3.4.3	<i>Programa Conjunto de TIC</i>	54
6.3.4.4	<i>Harmonização dos Planos Directores de Infra-estruturas</i>	54
6.3.4.5	<i>Programa Abrangente Tripartido de facilitação do Comércio e do Transporte</i>	54
6.3.4.6	<i>Interligações de Energia e Electricidade</i>	55
6.3.4.7	<i>Programa de Ajuda para o Comércio do Corredor Norte-Sul (NSC) (Corredores de Durban e Dar es Salaam)</i>	55
6.3.5	<i>Quadro Jurídico e Institucional do Mecanismo Tripartido</i>	56
<b>7.0</b>	<b>COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>57</b>
7.1	<b>VISÃO GERAL</b>	<b>57</b>
7.2	<b>COOPERAÇÃO SADC – UE</b>	<b>57</b>
7.2.1	<i>Programa Indicativo Regional do 9o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento)</i>	57
7.2.2	<i>Programa Indicativo Regional do 10o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento)</i>	57
7.3	<b>COOPERAÇÃO SADC – CHINA</b>	<b>58</b>
7.3.1	<i>Primeiro Fórum de Negócios e Investimento SADC - China</i>	58
7.3.2	<i>Quadro de Cooperação entre a SADC e a China</i>	59
7.4	<b>REUNIÃO CONSULTIVA DOS SECRETÁRIOS - GERAIS DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS DE ÁFRICA E O GOVERNO DA ÍNDIA</b>	<b>59</b>
7.5	<b>COOPERAÇÃO SADC – JAPÃO</b>	<b>59</b>
7.6	<b>FÓRUM DE NEGÓCIOS EM ÁFRICA E PRÉMIOS 2011</b>	<b>60</b>
<b>8.0</b>	<b>CONCLUSÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>61</b>

---

## TABELA DE FIGURAS

FIGURA 1: PIB REAL, RENDIMENTO POR HABITANTE E TAXA DE INFLAÇÃO, 2002	5
FIGURA 2: POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL BRUTO, 2003 - 2012	6
FIGURA 3: RECEITA E DESPESA DO ESTADO, 2003 - 2012	6
FIGURA 4: BALANÇA FISCAL GERAL E DÍVIDA GERAL DO ESTADO, 2004 - 2011	7
FIGURA 5: DÉFICES DA CONTA CORRENTE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2003-2012	8

---

## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

<b>AI</b>	<b>Avaliação Institucional</b>
<b>APE</b>	<b>Acordo de Parceria Económica</b>
<b>BAD</b>	<b>Banco Africano de Desenvolvimento</b>
<b>BNT</b>	<b>Barreiras Não-Tarifárias ao Comércio</b>
<b>BOP</b>	<b>Documento de Previsão Orçamental</b>
<b>CAADP</b>	<b>Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África</b>
<b>CBRI</b>	<b>Reforço de Capacidades para Integração Regional</b>
<b>CCARDESA</b>	<b>Centro de Coordenação da Investigação e Desenvolvimento</b>
<b>CDB</b>	<b>Agrário da África Austral</b>
<b>CE</b>	<b>Banco de Fomento da China</b>
<b>CI</b>	<b>Comissão Europeia</b>
<b>CMT</b>	<b>Comité de Investimento</b>
<b>COMESA</b>	<b>Comité de Ministros do Comércio</b>
<b>COP</b>	<b>Mercado Comum da África Oriental e Austral</b>
<b>CRASA</b>	<b>Conferência das Partes</b>
<b>CSC</b>	<b>Associação dos Reguladores de Comunicações da África Austral</b>
<b>CUA</b>	<b>Centro de Serviços de Clima</b>
<b>DBSA</b>	<b>Comissão da União Africana</b>
<b>EAC</b>	<b>Banco de Desenvolvimento da África Austral</b>
<b>EAD</b>	<b>Comunidade da África Oriental</b>
<b>EUA</b>	<b>Ensino Aberto e à Distância</b>
<b>FARA</b>	<b>Estados Unidos da América</b>
<b>FED</b>	<b>Fórum de Investigação Agrária em África</b>
<b>HCPI</b>	<b>Fundo Europeu de Desenvolvimento</b>
<b>HLEG</b>	<b>Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados</b>
<b>HSGOC</b>	<b>Grupo de Peritos de Alto Nível</b>
<b>ICP</b>	<b>Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo</b>
<b>IMTS</b>	<b>Parceiros de Cooperação Internacionais</b>
<b>IPA</b>	<b>Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias</b>
<b>IPPF</b>	<b>Centro de Promoção de Investimentos</b>
<b>IST</b>	<b>Fundo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas</b>
<b>IUMP</b>	<b>Infecção Sexualmente Transmissível</b>
<b>IUU</b>	<b>Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial</b>
<b>JCA</b>	<b>Pesca Ilegal, Não-Declarada e Não-Regulamentada</b>
<b>MIP</b>	<b>Autoridade Conjunta de Concorrência</b>
<b>MOU</b>	<b>Programa Mínimo de Integração</b>
<b>NEPAD</b>	<b>Memorando de Entendimento</b>
<b>NPCA</b>	<b>Nova Parceria para o Desenvolvimento de África</b>
<b>NEPAD</b>	<b>Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD</b>
<b>NSC</b>	<b>Corredor Norte-Sul</b>
<b>NSO</b>	<b>Instituto Nacional de Estatística</b>
<b>ODM</b>	<b>Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</b>
<b>ONU</b>	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>PIB</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>PMTCT</b>	<b>Prevenção da Transmissão Vertical do VIH</b>
<b>PPDF</b>	<b>Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos</b>
<b>PPR</b>	<b>Pestes de Pequenos Ruminantes</b>
<b>RAP</b>	<b>Política Agrícola Regional</b>

<b>REDD</b>	<b>Redução das Emissões Causadas pelo Desflorestamento e Degradação das Florestas</b>
<b>REIS</b>	<b>Apoio à Integração Económica Regional</b>
<b>RIDMP</b>	<b>Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas da SADC</b>
<b>RIP</b>	<b>Programa Indicativo Regional</b>
<b>RISDP</b>	<b>Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional</b>
<b>RPC</b>	<b>Programa Regional de Cooperação Política</b>
<b>RQF</b>	<b>Quadro Regional de Qualificações</b>
<b>RSAP</b>	<b>Plano de Acção Estratégico Regional</b>
<b>RSDS</b>	<b>Estratégia Regional de Desenvolvimento de Estatística</b>
<b>RSP</b>	<b>Documento de Estratégia Regional</b>
<b>RVAA</b>	<b>Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional da SADC</b>
<b>S.E.</b>	<b>Sua Excelência</b>
<b>SACU</b>	<b>União Aduaneira da África Austral</b>
<b>SADC</b>	<b>Comunidade de Desenvolvimento da África Austral</b>
<b>SAPP</b>	<b>Rede de Energia Eléctrica da África Austral</b>
<b>SAPRA</b>	<b>Associação dos Reguladores dos Serviços Postais da África Austral</b>
<b>SASO</b>	<b>Organização de Segurança da Aviação da SADC</b>
<b>SAT</b>	<b>Southern African Trust</b>
<b>SEAC</b>	<b>Conselho Consultivo Eleitoral da SADC</b>
<b>SIPO</b>	<b>Plano Estratégico Indicativo do Órgão</b>
<b>SPME</b>	<b>Planeamento, Monitorização e Avaliação de Estratégias</b>
<b>SP</b>	<b>Medidas Sanitárias e Fitossanitárias</b>
<b>SQAM</b>	<b>Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia</b>
<b>SRII</b>	<b>Infra-estrutura Regional de Informação da SADC</b>
<b>SSA</b>	<b>África a Sul do Saara</b>
<b>TB</b>	<b>Tuberculose</b>
<b>TICAD</b>	<b>Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África</b>
<b>TMSA</b>	<b>Trademark Southern Africa</b>
<b>TNF</b>	<b>Fórum Negocial do Comércio Tripartido</b>
<b>TTA</b>	<b>Conta Fiduciária Tripartida</b>
<b>TTF</b>	<b>Grupo de Trabalho Tripartido</b>
<b>TTNF</b>	<b>Fórum Negocial do Comércio Tripartido</b>
<b>UA</b>	<b>União Africana</b>
<b>UE</b>	<b>União Europeia</b>
<b>UNECA</b>	<b>Comissão Económica das Nações Unidas para África</b>
<b>WEO</b>	<b>Perspectiva Económica Mundial</b>
<b>ZCL</b>	<b>Zona de Comércio Livre</b>



# SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório descreve as actividades realizadas pelo Secretariado durante o período de Agosto de 2010 a Julho de 2011. Durante o período em análise, o Secretariado continuou a executar as suas actividades de acordo com a agenda de integração regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e as decisões do Conselho e da Cimeira, tomadas durante as respectivas reuniões estatutárias, em conformidade com os objectivos gerais da SADC, preconizados no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.

Nos domínios da paz e segurança, a SADC continua a gozar da estabilidade necessária e favorável à integração e ao desenvolvimento regionais. Prosseguiram também os esforços de mediação em apoio a alguns dos Estados Membros afectados por desafios políticos internos, com destaque para Madagáscar e Zimbábwe.

Apesar dos desafios enfrentados na área de desenvolvimento económico, na sequência da crise económica e financeira mundial, a maior parte dos Estados Membros da SADC registou uma recuperação nos principais indicadores macroeconómicos. Comparativamente a 2009, em 2010 a situação registou melhoria na situação geral da região. Em 2010, a região registou um crescimento real médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,9%, comparativamente a 2,4%, registado em 2009. A taxa média de inflação situou-se em 7,5%, comparativamente a 12,4, registada no ano anterior. As poupanças nacionais cresceram de 13% para 15,6%, enquanto a proporção do investimento em relação ao PIB aumentou de 22% para 24,9%. Como resultado da recuperação da crise económica mundial, vários Estados Membros registaram melhorias nas receitas do Estado. Ao nível regional, as receitas do Estado subiram de 29,3% para 30,2% do PIB.

A médio prazo, projecta-se que os principais indicadores macroeconómicos continuem a registar melhorias. Porém, estas projecções só se vão materializar se alguns factores registarem uma tendência de recuperação. Trata-se, entre outros, da consolidação da recuperação da economia mundial, da evolução dos preços dos combustíveis, face à instabilidade política que afecta as regiões ricas em petróleo e ao aumento geral dos preços dos bens essenciais, particularmente dos produtos alimentares.

No domínio do comércio, foram envidados esforços adicionais visando, entre outros, facilitar a consolidação da Zona de Comércio Livre da SADC. Durante o período em análise, não se registaram avanços significativos rumo ao estabelecimento da União Aduaneira da SADC. Foram dados passos importantes na facilitação das trocas comerciais através da modernização das alfândegas. Foram também introduzidos, em regime piloto, Postos Fronteiriços de Paragem Única. Relativamente às actividades destinadas a favorecer o apoio financeiro e o investimento na Região, o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (PPDF) foi registado na África do Sul, em Outubro de 2010, tendo o respectivo Conselho de Administração iniciado as suas actividades em Fevereiro de 2011.

Não existe margem de dúvidas de que as infra-estruturas permaneçam uma das prioridades-chave para a facilitação da integração regional e o contributo para a redução da pobreza na região. Embora tenha sido alcançado algum progresso durante o período em análise, a implementação de programas neste domínio continua a ser afectada por imensos desafios relacionados com a escassez de recursos. Para superar estes desafios, de uma forma abrangente, foram recomendadas várias medidas, designadamente a elaboração do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC, que está em curso.

Na área da agricultura e recursos naturais, importa realçar que a diversificação para outros cereais, além do milho, é crucial, dado que a Região continua a enfrentar défices de alimentos e, conseqüentemente, alguns problemas de insegurança alimentar, não obstante os resultados significativos alcançados na produção de milho ao longo dos últimos 10 anos. Importa também referir que se deu um grande passo rumo ao estabelecimento do Centro de Coordenação da Investigação e do Desenvolvimento Agrário da África Austral (CCARDESA). Este feito foi marcado pela aprovação da respectiva Carta, em Novembro de 2010, que já

entrou em vigor, após a sua ratificação por 11 Estados Membros. O lançamento e a nomeação do Conselho de Administração do CCARDESA ocorreram a 14 de Julho de 2011.

Relativamente ao desenvolvimento social e humano, todas as actividades centraram-se na criação da capacidade humana para, entre outros aspectos, se contribuir para o alívio da pobreza na região. Registaram-se progressos consideráveis em 2010/11 relativamente às actividades planificadas e aos grupos mais vulneráveis. As crianças, os jovens e as mulheres beneficiaram de intervenções diversas nos sectores da educação e desenvolvimento de competências, da saúde, do combate ao VIH e SIDA e do emprego e trabalho.

Para avaliar o progresso alcançado na área da implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), entre 2005 e 2010, o Secretariado realizou, em colaboração com os Estados Membros, uma avaliação bibliográfica do seu grau de implementação. Esta avaliação aponta para o facto de que, de acordo com as estimativas registadas durante o período em análise, os índices de execução e materialização dos resultados e das metas fixadas no Quadro de Implementação do RISDP são díspares, prevalecendo a situação que a seguir se apresenta.

Na área do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento, 65% das metas foram plenamente atingidas, 29% parcialmente alcançadas e 6% não foram atingidas. Na área de Infra-estruturas e Serviços, 60% dos resultados foram plenamente alcançados e 40% alcançados parcialmente. Na área de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, 64% das metas foram alcançadas na totalidade, 28% foram alcançadas parcialmente e 8% não foram concretizadas. No domínio de Desenvolvimento Humano e Social, 38% dos resultados foram alcançados na totalidade, 46% foram concretizados parcialmente e 15% não foram alcançados. Das 46 metas definidas no Quadro de Implementação do RISDP para 2005-2010, nos domínios transversais, 14% foram atingidas plenamente, 68% foram concretizadas parcialmente e 18% não foram alcançadas. Devido a algumas limitações enfrentadas na realização da avaliação documental, os dados indicados devem ser tomados com alguma precaução.

O Secretariado continuou a manter laços fortes com os seus parceiros de desenvolvimento, tendo sido intensificados os esforços visando a mobilização de financiamentos para alargar a implementação dos programas e projectos regionais.

Entre outras organizações, foi obtido apoio a partir de organizações internacionais, tais como a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde, a Commonwealth e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Instituições regionais tais como o Fórum de Investigação Agrária em África (FARA) e o fundo fiduciário Southern Africa Trust (SAT) também desempenharam um papel crucial na disponibilização de recursos técnicos e financeiros. Países específicos como Alemanha, França, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido também prestaram apoio significativo.

A intensificação dos esforços de promoção do investimento e de mobilização de recursos também foi marcada por visitas efectuadas pelo Presidente em Exercício da SADC e Presidente da República da Namíbia, Sua Excelência Hifikepunye Pohamba.

Durante o período em análise, o Presidente em Exercício da SADC visitou a República Popular da China, para participar no Fórum de Negócios e Investimento China-SADC. Este Fórum constituiu uma oportunidade para a SADC apresentar as oportunidades de negócio e de investimento existentes na Região e abrir espaço para o estabelecimento de parcerias empresariais entre homens de negócio chineses e suas contrapartes da SADC. Durante o Fórum, o Secretariado da SADC e o Conselho de Promoção do Comércio Internacional da China assinaram um Memorando de Entendimento que vai servir de quadro de cooperação entre as duas partes. O ponto mais alto da visita do Presidente em Exercício da SADC foi a audiência mantida com Sua Excelência Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, que destacou os fortes laços existentes entre a SADC e a China. Sua Excelência Hu Jintao sublinhou que a China continuará a cooperar com a SADC e avaliará os novos projectos regionais da SADC apresentados para determinar o apoio que a China pode prestar.

O Presidente em Exercício da SADC também visitou a capital do Reino Unido, Londres, onde participou no VII Fórum de Negócios em África, cujo centro das atenções foi a Região da SADC, sob o lema: “SADC: Integração Regional e Factores Impulsionadores do Crescimento” (SADC – Regional Integration and Drivers for Growth). Neste Fórum, o Presidente em Exercício da SADC fez uma intervenção descrevendo as áreas prioritárias de cooperação e integração regional na SADC. Para relevar o foco do Fórum de Negócios em África na região da SADC, foi conferido um galardão especial ao melhor projecto de infra-estrutura da SADC. O Posto Fronteiriço de Paragem Única de Chirundu foi galardoado com o Prémio de Melhor Projecto de Infra-estruturas da SADC.

No contexto das reformas institucionais, o Secretariado continuou a envidar esforços visando melhorar os seus regulamentos e procedimentos internos, procurando, de modo particular, aperfeiçoá-los, a fim de se situarem ao nível dos padrões internacionais. Até ao final de Junho de 2011, nós, enquanto organização, devemos ter alcançado uma classificação geral de satisfatório. Esta classificação permitirá que o Secretariado mude de abordagem da ajuda recebida, ou seja, passe de uma abordagem de projectos existentes para uma abordagem de acordos de apoio orçamental às contribuições, concretizando, deste modo, a correspondência do plano de afectação de recursos as prioridades aprovadas. Para sustentar a aplicação destes padrões, o Conselho foi solicitado a reafirmar o seu empenho em relação à manutenção das reformas institucionais recorrendo a todos os meios possíveis.

A SADC adoptou várias políticas destinadas a promover a cooperação e a integração regionais entre os Estados Membros. A fundamentação e a descrição destas políticas constam no RISDP e no respectivo Quadro de Implementação. Os compromissos específicos, assumidos por todas as partes envolvidas na implementação do RISDP, constam nos diversos protocolos.

Para desencadear o processo de implementação das políticas da SADC, o Secretariado elabora anualmente um plano institucional baseado nos planos sectoriais aprovados pelo Conselho de Ministros para o exercício em análise.

Portanto, o presente relatório descreve as actividades realizadas pelo Secretariado durante o período de Agosto de 2010 a Julho de 2011. Trata-se, essencialmente, de um relatório dedicado aos aspectos de política, às questões estratégicas, às realizações importantes e aos principais desafios enfrentados nas principais áreas de resultados seguintes:

- (i) Paz e segurança
- (ii) Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
- (iii) Desenvolvimento de Infra-estruturas
- (iv) Alimentação, Agricultura e recursos Naturais
- (v) Desenvolvimento Social e Humano
- (vi) Questões Transversais sobre Género e Desenvolvimento, Estatística e Ciência e Tecnologia
- (vii) Políticas, Planificação, Monitorização e Avaliação
- (viii) Finanças e Orçamento
- (ix) Recursos Humanos e Administração
- (x) Relações Públicas
- (xi) Reformas e Reforço da Capacidade Institucionais

## 2.1 Acontecimentos Políticos

Durante o período em análise, a situação de paz e segurança na região manteve-se relativamente estável. Foram realizadas, com sucesso, eleições na República Unida da Tanzânia.

Para reforçar a democracia e a boa governação na região, foi fortalecida a capacidade do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) e foram empossados os respectivos membros nas suas funções.

Foram reforçados os programas e actividades no domínio da diplomacia preventiva, mediação e cooperação na área da segurança, de modo a consolidar a paz e a estabilidade vigentes na região. A revisão e a harmonização do SIPO foram efectuadas com sucesso, de modo a fazer face à nova realidade política e aos novos desafios que a região enfrenta, no domínio da segurança.

Os esforços de mediação política na região continuaram nos Estados Membros afectados por problemas internos, nomeadamente no Lesoto, em Madagáscar e no Zimbabwe.

No Reino do Lesoto, a situação política registou melhorias. Os actores envolvidos no processo de mediação, em curso, acordaram em concluir formalmente o processo, dado que as matérias que são objecto de diálogo haviam sido resolvidas, abrindo, assim, espaço para a realização das próximas eleições locais e nacionais.

Sobre Madagáscar, a Cimeira Extraordinária da SADC, realizada a 20 de Maio de 2011, apreciou o relatório e o roteiro elaborados para o retorno do país à normalidade constitucional. A Cimeira reiterou a necessidade de se levar a cabo um processo político inclusivo, visando a busca de uma solução duradoura para os problemas enfrentados pelo país e decidiu que a SADC convocasse uma reunião urgente, a realizar-se em Gaborone, Botswana, onde participariam todos os actores interessados no conflito político.

Quanto ao Zimbabwe, a Cimeira da Troika do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, defesa e Segurança da SADC, realizada em Março de 2011, decidiu que o Governo Inclusivo do Zimbabwe devia concluir todos os passos necessários para a realização de eleições nacionais, a introdução das emendas constitucionais e a realização de um referendo. A SADC, através do seu facilitador, Sua Excelência Jacob Zuma, Presidente da República da África do Sul, está a contactar as partes envolvidas a fim de acordarem sobre um roteiro que, eventualmente, levarão a eleições pacíficas, livres e Justas.

## 2.2 Acontecimentos de Carácter Económico

### 2.2.1 Contexto Económico Regional

As informações fornecidas pelos Estados Membros, em Novembro de 2010, e a base de dados sobre a Perspectiva Económica Mundial (WEO) do FMI, de Abril de 2011, indicam que o desempenho económico da região em 2010 foi satisfatório. A maior parte dos Estados Membros registou uma recuperação nos principais indicadores macroeconómicos em 2010, comparativamente a 2009.

#### 2.2.1.1 PIB Real

A região registou um crescimento médio do PIB real de 4,7%, o que significa uma queda em 0,8% relativamente à taxa de 5,5% registada em 2009. Contudo, esta taxa de crescimento situa-se abaixo da meta de crescimento de 6,5%, registada em 2009.

Apenas 5 Estados Membros, nomeadamente Botswana, RDC, Moçambique, Zâmbia e

Zimbabwe, registaram um crescimento do PIB real acima da meta regional de 7%, fixada para propiciar a materialização do objectivo nobre de erradicação da pobreza na SADC.

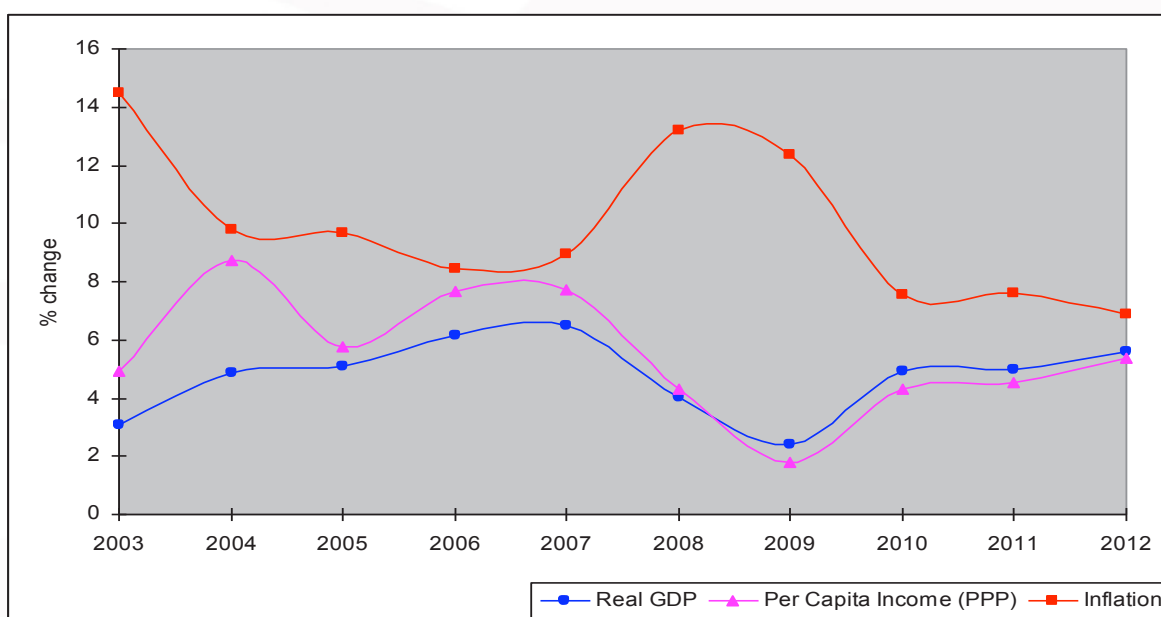
Consequentemente, o rendimento por pessoa (em termos de paridade do poder de compra (PPC), na região cresceu 4,3%, em 2010. Trata-se de uma melhoria em relação ao ligeiro crescimento de 1,8%, registado em 2009 (vide Figura 1).

### 2.2.1.2 Inflação

Na maior parte dos Estados Membros, a tendência inflacionária continuou a caracterizar-se por uma curva descendente. O principal elemento catalisador desta tendência foi a oferta em quantidades suficientes de produtos alimentares na região, o que aliviou as pressões sobre os preços. Além disso, os preços dos combustíveis, particularmente durante o primeiro semestre de 2010, registaram um aumento moderado.

A inflação regional atingiu em média 7,5%, em 2010, comparativamente à taxa média de 12,4%, registada em 2009 (vide Figura 1). Esta taxa é a mais baixa que se registou na região ao longo dos últimos oito (8) anos. Contudo, quatro Estados Membros: Angola, RDC, Moçambique e Tanzânia registaram taxas de inflação de dois dígitos de 14,5%, 23,5%, 12,7% e 10,5%, respectivamente, em 2010.

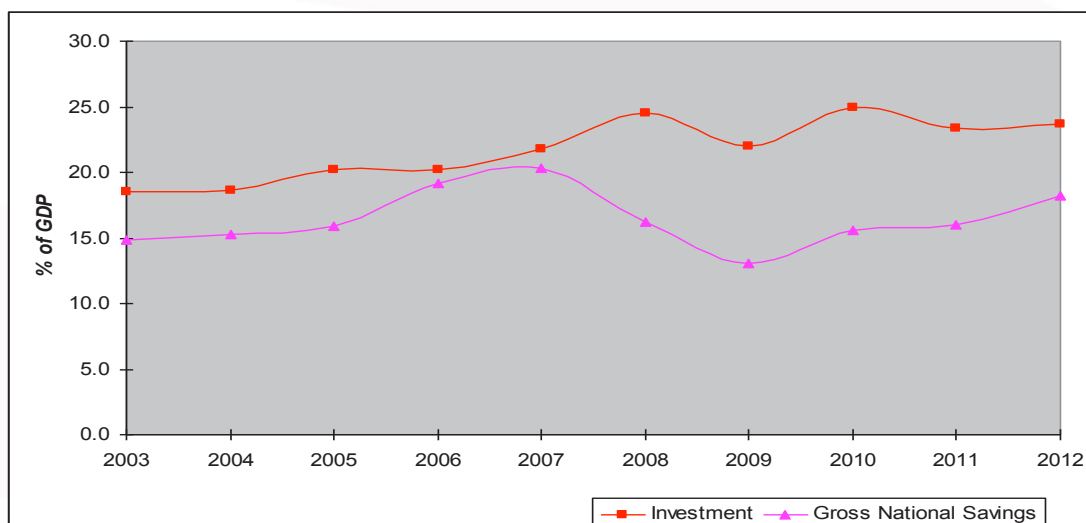
**Figura 1: PIB Real, Rendimento por Habitante e Taxa de Inflação, 2002 - 2012**



Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2010 e WEO do FMI de Abril de 2011.

### 2.2.1.3 Poupança e Investimento Interno

Resultante do desempenho satisfatório da economia, a poupança nacional nos Estados Membros da SADC subiu em 2,6% do PIB em 2010, passando de 13% do PIB registado em 2009 para 15,6% do PIB em 2010 (Vide Figura 2). Botswana, RDC, Malawi, Moçambique e África do Sul contribuíram consideravelmente para este aumento.

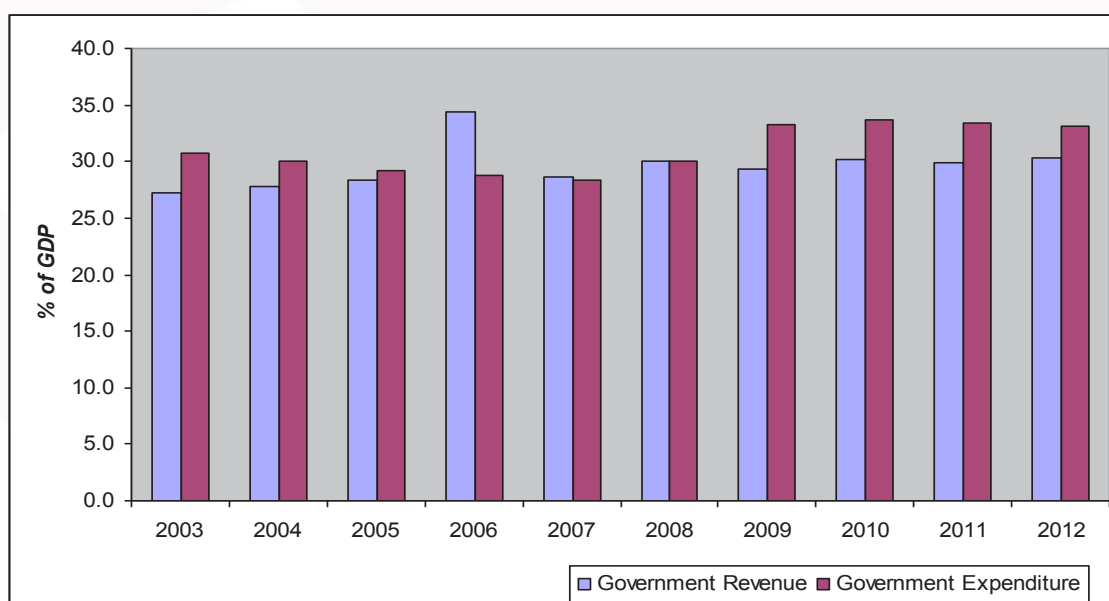
**Figura 2: Poupança e Investimento Nacional Bruto, 2003 - 2012**

Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2010 e WEO do FMI de Abril de 2011.

O investimento, enquanto percentagem do PIB, aumentou de 22% do PIB, em 2009, para 24,9% do PIB, em 2010. Entretanto, este aumento situa-se aquém da meta regional fixada em 30% (Vide Figura 2). Três Estados Membros, nomeadamente Lesoto, Malawi e Seychelles, registaram rácios de investimento acima da meta regional de 30%, isto é, registaram rácios de 37,5%, 30,1% e 54% do PIB, respectivamente.

#### 2.2.1.4 Sector Fiscal

Devido ao impacto da crise económica mundial, vários Estados Membros registaram quedas de receitas, conforme demonstra a queda nas receitas do Estado de 30% do PIB, em 2008, para 29,3% do PIB, em 2009, tendo Angola registado uma queda significativa, de 50,9% do PIB, em 2008, para 30,9% do PIB, em 2009. Contudo, em 2010, vários Estados Membros registaram melhorias a nível de receitas do Estado, tendo Angola, a RDC, o Malawi e o Zimbabwe contribuído significativamente para estamelhoria. No seu todo, a região registou um aumento de receitas do Estado de 29,3% do PIB, em 2009, para 30,2% do PIB, em 2010 (vide Figura 3).

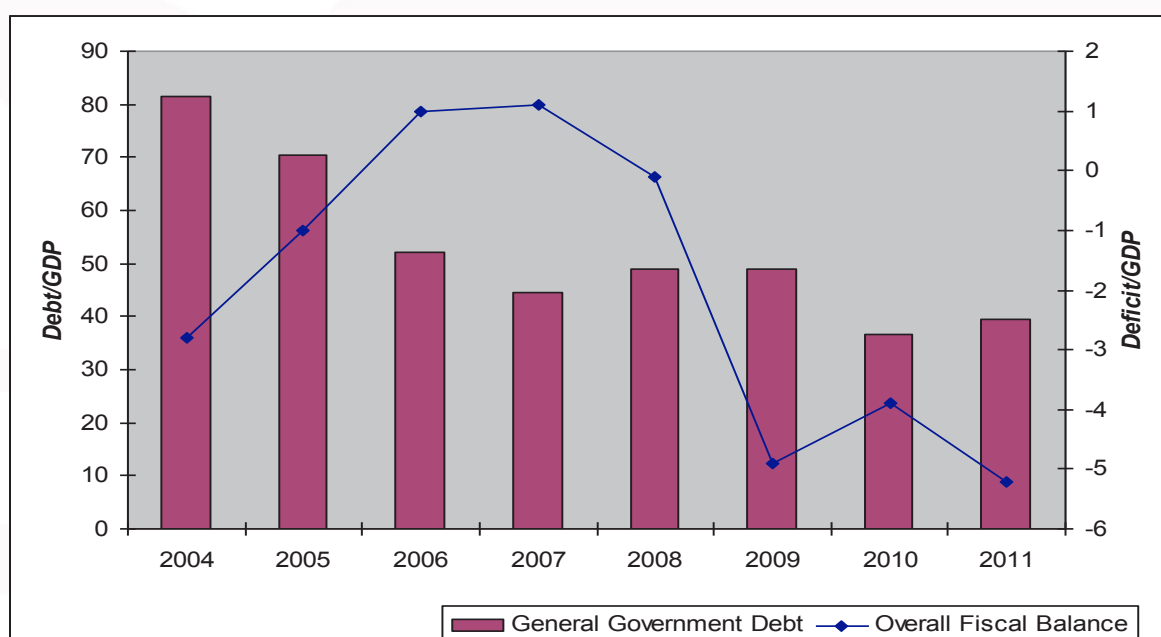
**Figure 3 Government Revenue and Expenditure, 2003 - 2012**

Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2010 e WEO do FMI de Abril de 2011.

No lado da despesa, a maioria dos Estados Membros mantiveram as suas despesas aos níveis de 2009. Como região, a despesa do governo manteve-se a 33,6 por cento do PIB em 2010, 0,3 pontos percentuais mais elevadas do que a percentagem de 33,3 do PIB em 2009. A maioria dos governos está ainda a implementar as políticas e os programas iniciadas durante a crise económica mundial que visam mitigar o seu impacto nas suas economias e permitir a recuperação plena das economias. Esta é uma das explicações dos altos níveis de despesa do Estado. Como resultado, o défice fiscal geral da região alcançou, em média, 3,9 por cento, em 2010, em comparação com 4,9 por cento, registado em 2009 (vide Figura 4).

Por conseguinte, a dívida geral bruta do Estado, que registou um aumento de 44,5%, em 2007, para 49%, em 2008 e 2009, baixou para 36,7%, em 2010. À excepção das Seychelles, todos os Estados Membros registaram uma dívida geral bruta do Estado inferior a 60% do PIB, em 2010.

**Figura 4: Balança Fiscal Geral e Dívida Geral do Estado, 2004 - 2011**



Source: National Authorities, November 2010 and the IMF WE

### 2.2.1.5 Sector Externo

Depois de registar uma estagnação em 2008 e 2009, devido ao impacto da crise económica mundial, as exportações recuperaram em 2010, como resultado, em grande medida, do aumento da procura de bens primários. Os volumes de exportação dos bens e serviços cresceram 10,2%, em 2010, comparativamente ao aumento insignificante de 0,8%, registado em 2009. A RDC, a Suazilândia e a Zâmbia registaram aumentos significativos nos volumes de exportação na ordem de 52,9%, 21,4% e 19,9%, respectivamente, graças à melhoria dos preços do cobre e do açúcar nos mercados internacionais.

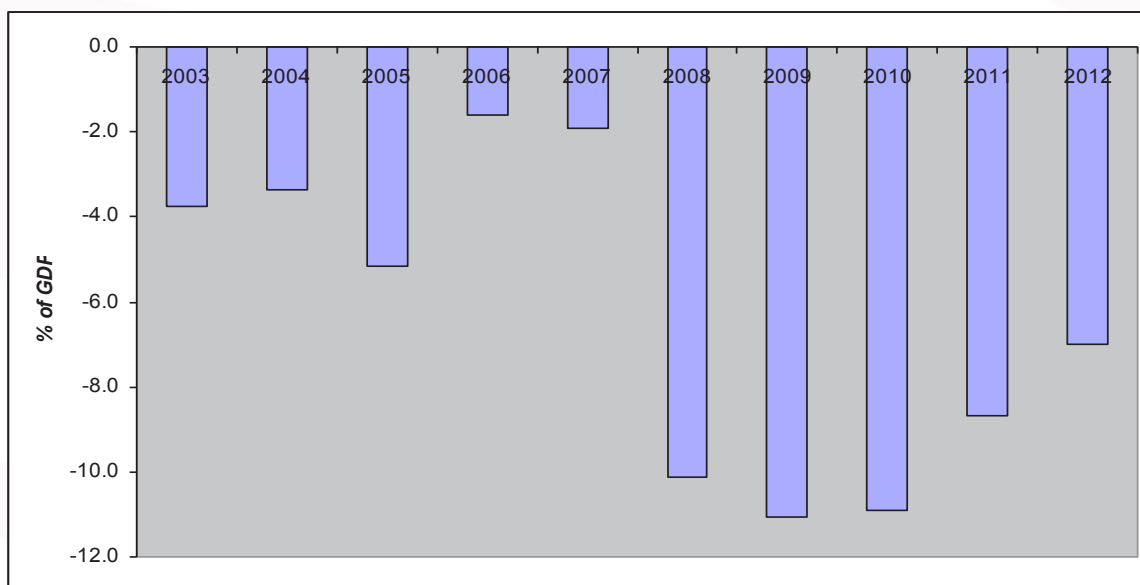
De igual modo, o volume das importações de bens e serviços aumentou 6,7%, em 2010, comparativamente à queda em 1,1%, registada em 2009. Contudo, este crescimento situou-se em apenas metade da taxa de 11,6% de crescimento do volume das importações registado em 2008. O aumento dos preços dos bens primários, particularmente do petróleo, que representa o grosso das importações dos países em desenvolvimento, incluindo a SADC, contribuiu para o aumento do volume das importações em 2010. O valor das importações do petróleo aumentou em 26,9%, em 2010, comparativamente à queda em 12,5%, registada em 2009.

Como resultado o défice da conta corrente da balança de pagamentos melhorou marginalmente de 11,1 por cento do PIB em 2009 para 10,9 por cento do PIB em 2010.



Seis Estados Membros, nomeadamente o Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Seychelles, Suazilândia e Zimbabwe registaram défices da conta corrente superiores a 10 por cento do PIB, em 2010. O aumento dos preços de bens primários, particularmente de alimentos e combustível e a baixa procura, decorrente da crise económica mundial, são as causas principais da deterioração constante na balança da conta corrente nos últimos três anos, de 2008 a 2010 (vide Figura 5).

**Figura 5: Défices da Conta Corrente da Balança de Pagamentos, 2003-2012**



Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2011, e WEO do FMI, Abril de 2011.

### 2.2.1.6 Perspectivas a Médio Prazo

A previsão do PIB real regional situa-se em cerca de 5%, em 2011, e 5,6%, em 2012, o que representa um crescimento insignificante em relação à taxa registada em 2010, situada em 4,9%. Contribuem para este nível de crescimento Angola, Botswana, RDC, Moçambique e Zâmbia, que esperam registar um crescimento real do PIB superior a 6%. Do mesmo modo, o rendimento por habitante deverá crescer em 4,5% em 2011 e 5,4% em 2012.

Prevê-se que a tendência para o abrandamento da Inflação continue com a inflação a registar uma média de 7.6 por cento em 2011 e 6,9 por cento em 2012. Apenas dois Estados Membros, nomeadamente Angola e a RDC devem registar taxas de inflação superiores a 10 por cento até 2012.

Prevê-se que as poupanças brutas nacionais recuperem para os níveis de 2006 e 2007, com 18,2% até 2012. Com excepção de Moçambique, das Seychelles e da Suazilândia, todos os Estados Membros devem registar poupanças nacionais brutas acima de 15% até 2012. Contudo, o investimento como percentagem do PIB deve abrandar modestamente para 23,4% em 2011 e 23,7 por cento em 2012. Apenas dois Estados Membros, nomeadamente a RDC e Lesoto devem registar investimentos acima da meta regional de 30% do PIB.

No sector fiscal, as receitas e as despesas do Estado deverão manter-se estáveis, ou seja, ao nível atingido em 2010, o que resultará numa ligeira deterioração do défice fiscal de 5,2% do PIB, em 2011. Por conseguinte, a dívida geral bruta do Estado deverá aumentar para 39,5% do PIB, em 2011, e 40,4% do PIB, em 2012.

A nível externo, o volume das exportações de bens e serviços deverá aumentar 9,8%, em 2011, e reduzir para 6,3%, em 2012. Projecta-se que o volume das importações de bens e serviços aumente apenas 2,8%, em 2011, comparativamente a um aumento em 6,7%, em 2010. Porém, em 2012, espera-se que os volumes das importações cresçam 5,1%. Em consequência disso, o défice da conta corrente da

balança de pagamentos deverá baixar ligeiramente, de 8,7%, registado em 2011, para 7,0%, registado em 2012.

### **2.2.1.7 Factores Subjacentes às Actuais Perspectivas Económicas**

As actuais perspectivas económicas só se concretizarão dependendo da forma como alguns factores se comportarem, com destaque para a robustez da recuperação da economia mundial, a evolução dos preços de combustíveis, tendo em conta a instabilidade política que graça as regiões ricas em petróleo, e o aumento geral dos preços dos bens primários, em particular dos alimentos.

## **I. Robustez da Recuperação da Economia Mundial**

A recuperação da economia mundial é crucial para a concretização das perspectivas de crescimento da região nos próximos dois anos. A recuperação das economias avançadas determinará a forma como as exportações da região se comportarão, já que essas economias constituem os principais mercados de exportação da região.

De acordo com a Perspectiva Económica Mundial do FMI, publicada em Abril de 2011, a recuperação da economia mundial está a ganhar ímpeto. A produção mundial deverá registar um crescimento na ordem de 4,5%, em 2011 e 2012, devendo as economias desenvolvidas registar um crescimento de apenas 2,5%, enquanto os países em desenvolvimento deverão registar uma taxa de crescimento bastante mais alta, ou seja, 6,5%.

Todavia, há receios de que esta recuperação se mantenha desequilibrada. Na maioria das economias desenvolvidas a produção está ainda muito abaixo do seu potencial. As taxas de desemprego continuam elevadas, uma tendência que se vai manter ao longo dos próximos anos. Na União Europeia, o fraco crescimento, os problemas fiscais e as pressões financeiras sofridas são motivo de preocupação.

Nas economias de mercado emergentes, o desafio enfrentado reside na forma como evitar o sobreaquecimento face a cobertura das lacunas em matéria de produção e aumento dos fluxos de capital. Neste contexto, a escolha da dosagem correcta em termos de políticas para fazer face a estes desafios determinará o ritmo e a robustez da recuperação da economia mundial.

## **II. Evolução dos Preços dos Combustíveis**

As importações de combustíveis são cruciais para a região e representam uma proporção enorme das despesas destinadas às importações. Assim, um aumento dos preços de combustíveis terá como resultado directo a deterioração da conta externa. Indirectamente, um aumento dos preços de combustíveis culminará com um aumento dos custos de produção, devido ao aumento dos custos de transporte e dos factores de produção agrícola (adubos), entre outros.

De acordo com o índice dos preços dos produtos de base do FMI, o petróleo aumentou em 27,8 por cento de um índice de 116,2 em 2009 para 148,5 em 2010.

Em Março de 2011, o índice era de 204,4. Com a instabilidade registada no Norte de África e no Médio Oriente, o preço de Brent subiu além de USD123 o barril, em Abril de 2011. Embora os preços de petróleo tenham baixado em Maio de 2011, continuam a pairar vários cenários de casos piores. Em Abril de 2011, a Reuters fez um levantamento junto de 32 grandes negociantes de petróleo, analistas bancários e gestores de fundos especulativos, verificando-se um consenso de que os preços de petróleo vão registar um considerável abrandamento, devendo o preço do petróleo registar uma subida significativa nos últimos meses do ano, para além de USD130 o barril.

O impacto do Tsumani no Japão levou a que vários países suspendessem os seus projectos de energia nuclear, o que significa que estes países deverão recorrer à energia eléctrica produzida à

base do petróleo para cobrir o défice energético criado pela suspensão dos projectos de produção de energia nuclear. Esta situação causará uma subida da procura do petróleo e, em última análise, o aumento dos preços do petróleo resultará no aumento das taxas de inflação.

### III. Aumento dos Preços dos Bens Primários

Os bens primários aumentaram acima do esperado, o que reflecte uma combinação entre uma grande procura e o registo de choques na oferta. Porém, o aumento dos preços dos bens primários é caracterizado por uma conjugação de diferentes factores, dependendo do conjunto de bens primários envolvidos. Por exemplo, a região beneficiaria do aumento dos preços de minerais, como, por exemplo, o cobre, e dos produtos agrícolas, tais como o café e o chá.

Os preços de metais têm registado aumentos, conforme indica o aumento em 48,2% do índice, do anterior 136,5, registado em 2009, para 202,3, em 2010. O índice dos metais aumentou de 245,5 em Janeiro de 2011 para 256,2, em Fevereiro de 2011, e baixou para 244,2 em Março de 2011. O índice de bebidas aumentou 14,1%, em 2010, de 154,4, registado em 2009, para 176,2. A tendência é de aumentar, devendo o índice atingir 205,7, em Janeiro de 2011, e 222,0, em Março de 2011. Conforme se indica acima, os exportadores de bens primários na região deverão beneficiar do aumento dos preços dos seus bens primários.

Porém, o aumento dos factores de produção industrial e das matérias-primas agrícolas deverá afectar negativamente os sectores de transformação e agrícola na região. O índice dos factores de produção industrial aumentou em 43,2%, em 2010, subindo de 118,7, em 2009, para 170. Este índice continuou a sua tendência ascendente, tendo atingido 208 em Janeiro, de 2011, 215,8 em Fevereiro e 213,4 em Março do mesmo ano. De igual modo, o índice das matérias-primas agrícolas aumentou 33,4%, em 2010, de 94, em 2009, para 125,4. Este índice subiu de 156, registado em Janeiro de 2011, para 170, registado em Março do mesmo ano.

Por último, o aumento dos preços dos alimentos pressupõe pressões sobre as taxas de inflação, devido ao efeito custo, particularmente para os países importadores de alimentos na região. Os preços dos alimentos têm estado a aumentar em 2010, como indicado por um aumento de 11,5 por cento no índice da alimentação de 134 em 2009 para 149,4. No primeiro trimestre de 2011, o índice dos produtos alimentares atingiu 185.

Exceptuando as tendências negativas, que afectaram Lesoto, Madagáscar e Moçambique, de um modo geral, a região registou uma época agrícola favorável. Com a implementação de programas alargados de subsídio de sementes e fertilizantes, em alguns Estados Membros, a região deverá produzir alimentos suficientes. De acordo com o Relatório da FAO sobre as Perspectivas Agrícolas e a Situação Alimentar de Março de 2011, as necessidades de importação de milho para a região na época de comercialização de 2010-11 situar-se-ão em apenas 900.000 toneladas, comparativamente à média registada nos últimos 5 anos de cerca de 1,7 milhões de toneladas.

#### 2.2.1.8 Implicações em termos de Políticas

Face à incerteza registada em diversos pilares da economia mundial e nos mercados de bens primários, especialmente de combustíveis e de alimentos, foi necessário ponderar diversas opções, em matéria de políticas, para sustentar o crescimento económico a curto e médio prazo.

### I. Receita Proveniente de Ganhos Resultantes de melhores Preços dos Bens Primários

Os ganhos resultantes dos aumentos dos preços dos bens primários devem ser investidos com vista a reduzir os custos de transacção de negócios e, assim, aumentar a competitividade da região. Além disso, estas receitas podem ser investidas para o desenvolvimento de novos sectores, tais como os destinados ao acréscimo de valor no sector mineiro.

## **II. Mobilização Interna de Recursos**

Diante das incertezas verificadas nas fontes de receita, particularmente por parte dos parceiros de cooperação internacional, devem ser redobrados os esforços visando incentivar a mobilização de recursos internos. Esta acção deve incluir o reforço de capacidades das administrações fiscais, de modo a garantir que estas sejam eficientes nos actos de cobrança de impostos e nas acções de alargamento da base tributária.

## **III. Racionalização da Despesa do Estado**

Perante a exiguidade de recursos, por um lado, e a pressão cada vez mais crescente sobre o lado da despesa, por outro, é necessário que os governos racionalizem a sua despesa colocando ênfase na despesa para o investimento e na redução da despesa de consumo.

## **IV. Programas Direcctionados para a Segurança Alimentar**

Até aqui, os programas de concessão de subsídios aos factores de produção agrícola, implementados por alguns Estados Membros, estão a gerar dividendos, em termos de garantir a segurança alimentar. Embora estes programas sejam onerosos, podendo não ser sustentáveis a médio e longo prazos, pode ser muito prematuro interrompê-los. A outra opção seria torná-los mais específicos.

### 3.1 Plano Institucional do Secretariado da SADC para 2010/11: Visão Geral

A SADC está a desenvolver programas visando a promoção da cooperação e integração regionais. Estes programas estão descritos, em termos gerais, no RISDP, enquanto os compromissos específicos estão preconizados em diversos protocolos. O Plano Anual Institucional para 2010/11 teve como base o quadro estratégico de planificação e orçamentação, isto é, o Documento de Planificação e Previsão Orçamental para 2010/12.

Para o exercício em análise, a implementação dos planos de actividades prosseguiu em conformidade com as decisões tomadas pelo Conselho de Ministros e de acordo com as prioridades fixadas destinadas a promover a integração regional. As áreas prioritárias definidas são as seguintes:

- liberalização e desenvolvimento do comércio e económico;
- desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional;
- cooperação nas áreas de política, defesa e segurança;
- segurança alimentar, meio ambiente e gestão conjunta de recursos naturais transfronteiriços;
- programas de desenvolvimento social e humano com uma dimensão regional;
- questões de género e desenvolvimento;
- estatística;
- ciência e tecnologia.

### 3.2 Visão Geral sobre a Implementação do RISDP

Com base na decisão tomada pelo Conselho em Fevereiro de 2011 sobre a necessidade de realizar uma avaliação bibliográfica do progresso alcançado na implementação do RISDP, o Secretariado procedeu à referida avaliação.

Esta avaliação baseou-se no Quadro de Implementação do RISDP para 2005-2010 que preconiza os principais objectivos das intervenções por sector, as principais áreas de intervenção, as actividades principais para a materialização de cada resultado e os principais indicadores de desempenho na implementação do RISDP em todos os sectores.

Esta avaliação documental tinha por finalidade analisar o desempenho técnico real alcançado na implementação do RISDP no que respeita à execução do Quadro de Implementação para 2005-2010 pelo Secretariado, pelos Estados Membros e por outros actores interessados da SADC. A ênfase foi colocada no alcance de resultados reais comparativamente aos resultados projectados. O relatório da avaliação também ajudou a responder a questões relacionadas, primeiro, com os desafios enfrentados na implementação do RISDP, durante o período em análise e, segundo, as lições colhidas e as recomendações a considerar no processo de implementação do RISDP, em curso.

O relatório indica que, de acordo com as estimativas fixadas para o período em análise, os índices de conclusão e materialização dos resultados e das metas fixadas no Quadro de Implementação do RISDP variam e a situação prevalecente é a seguinte<sup>1</sup>: área do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI), 65% das metas foram plenamente atingidas, 29% parcialmente alcançadas e 6% não foram atingidas; na área de Infra-estruturas e Serviços (I&S), 60% dos resultados foram plenamente alcançados e 40% alcançados parcialmente; na área de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR), 64% das metas foram alcançadas na totalidade, 28% foram alcançadas parcialmente e 8% não foram concretizadas; no domínio de Desenvolvimento Humano e Social (SHD&SP), 38% dos resultados foram alcançados na totalidade, 46% foram concretizados parcialmente e 15% não foram alcançados.

Das 46 metas definidas no Quadro de Implementação do RISDP para 2005-2010, nos domínios transversais, 14% foram atingidas plenamente, 68% foram concretizadas parcialmente e 18% não foram alcançadas.

A avaliação documental revelou que, no período em análise, os vários órgãos estatutários da SADC desenvolveram, adoptaram e aprovaram protocolos, quadros e políticas importantes. Além disso, acordos importantes vinculativos a todos os Estados Membros, no processo de implementação, foram celebrados e integrados no processo visando promover o roteiro rumo à concretização da agenda comum da SADC. De igual modo, foram criadas e operacionalizadas diversas instituições e comités que desempenham a função de supervisão do processo de implementação. De certo modo, o trabalho levado a cabo por estas estruturas directivas fortaleceram o sentido de propriedade e a visibilidade dos programas da SADC nos Estados Membros.

Porém, o relatório indica que, apesar do progresso alcançado, a implementação do RISDP arrancou tardiamente devido a constrangimentos em matéria de recursos humanos. A sua implementação nos Estados Membros está atrasada. A maioria dos Estados Membros não afectou recursos para a planificação e execução de programas previstos no RISDP ao nível nacional. As estruturas nacionais da SADC, nos casos onde estas foram criadas, não possuem a capacidade necessária para coordenar a implementação dos programas do RISDP. Por isso, como resultado, os compromissos assumidos em torno da implementação dos acordos celebrados, de acordo com as metas fixadas, não foram, em muitos casos, materializados. Por exemplo, um marco muito importante, fixado na Agenda de Integração Regional, a União Aduaneira, que se previa que estivesse operacional em 2010, não foi concretizado. A multiplicidade de filiações dos Estados Membros da SADC em diversas organizações regionais complicou os esforços visando o estabelecimento da União Aduaneira dentro dos prazos previstos.

O relatório detalhado do estudo será apresentado e creio que será analisado profundamente para que o Secretariado e os Estados Membros tomem as medidas que se impõem para aprofundar a integração regional.

### **3.3 Liberalização do Comércio e Económica**

A liberalização do comércio e financeira, o desenvolvimento de uma indústria competitiva e diversificada e o aumento do volume de investimentos são cruciais para o alcance da integração regional e a erradicação da pobreza. Durante o período em análise, os programas coordenados no domínio da Liberalização do Comércio e Económica focalizaram na consolidação da Zona de Comércio Livre (ZCL) mediante, principalmente, a facilitação da adesão e integração na ZCL dos restantes Estados Membros.

As outras áreas de focalização foram o desenvolvimento de um quadro para a liberalização do comércio de serviços, a realização de preparativos rumo ao estabelecimento da União Aduaneira da SADC e da ZCL Tripartida.

#### **3.3.1 Zona de Comércio Livre da SADC**

Na prossecução do nosso mandato de liderar o processo de integração do Mercado na SADC mediante o estabelecimento da Zona de Comércio Livre e, posteriormente, da União Aduaneira da SADC, o plano para 2010/11 na área do Comércio focalizou a consolidação da ZCL. Esta acção foi fundamentalmente executada através da elaboração de um plano mais sistemático de acompanhamento das actividades relativas ao processo de implementação. O plano comportava a facilitação do acesso e adesão à ZCL por parte de Angola, da RDC e de Seychelles, a implementação dos compromissos assumidos de redução das tarifas pautais, a eliminação das Barreiras Não-Tarifárias (BNT) ao comércio e a revisão das regras de origem aplicáveis no quadro da ZCL.

Além disso, o plano focalizou também na simplificação e harmonização da documentação e dos procedimentos comerciais, na promoção e facilitação do comércio, no aprofundamento da cooperação entre as administrações aduaneiras e das parcerias entre as administrações aduaneiras e o empresariado e na capacitação e prestação de assistência técnica em apoio ao processo de desenvolvimento e implementação da política de concorrência.

No domínio do comércio de serviços, os Ministros do Comércio aprovaram as Directrizes para as Negociações referentes à primeira fase de negociação relativa à liberalização dos sectores acordados. Os Ministros também acordaram que as referidas negociações só iriam ter início após a ratificação do Protocolo sobre o Comércio de Serviços.

### **3.3.2 Preparativos sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida**

Ao nível Tripartido, foram feitos avanços significativos na materialização do objectivo de criar uma Zona de Comércio Livre mais alargada entre os Estados Membros da COMESA, EAC e SADC. As negociações sobre a ZCL foram lançadas durante a 2ª Cimeira Tripartida realizada a 12 de Junho de 2011, em Joanesburgo, África do Sul.

### **3.3.3 Preparativos Rumo à Criação da União Aduaneira da SADC**

Relativamente aos preparativos para a União Aduaneira da SADC, lamento informar que foram feitos poucos avanços. Porém, na senda das recomendações feitas o ano passado, um Grupo de Peritos de Alto Nível, dedicado a garantir o alcance de um acordo e de um entendimento comum sobre os elementos principais da União Aduaneira, tem vindo a reunir-se e apresentará o seu relatório ao Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração económica Regional antes do final de 2011.

Com base na observação de que pouco ou nenhum avanço foi feito relativamente ao estabelecimento da União Aduaneira, gostaria de reiterar o meu apelo aos Estados Membros no sentido de reflectirem e se pronunciarem sobre esta matéria importante.

### **3.3.4 Modernização das Alfândegas e Facilitação do Comércio**

A gestão coordenada dos postos fronteiriços é um factor crucial para o sucesso das iniciativas de facilitação das travessias fronteiriças, o que requer o empenho de todas as entidades de controlo fronteiriço e a cooperação entre si. Neste contexto, foi elaborado um projecto de directrizes sobre a Gestão Coordenada dos Postos Fronteiriços que aguarda a respectiva aprovação. Além disso, foram desenvolvidos e adoptados os instrumentos jurídico-legais do Sistema de Gestão do Transporte em Trânsito da SADC (STMS), compreendendo uma legislação e documentação comuns. Uma iniciativa, o exercício-piloto de Posto Fronteiriço de Paragem Única (OSBP), foi implementada no posto de travessia de Chirundu entre Zâmbia e Zimbabue. Esta iniciativa-piloto foi eficaz em incrementar a cooperação entre as autoridades de controlo de fronteiras e facilitar o comércio. De igual modo, o exercício-piloto produziu lições que servirão de referência para o alargamento do conceito a outros postos fronteiriços da região. Estão em curso esforços visando a implementação do mesmo conceito noutras postos fronteiriços.

O estabelecimento de uma Rede de Área Alargada (WAN) que liga as administrações aduaneiras com vista a permiti-las trocar e partilhar informação não foi materializado nos termos previstos. Porém, o Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança desencadeou um projecto destinado a ligar os pontos de contacto nos Estados Membros da SADC através de um 'Terminal de Satélite de Muito Pequena Abertura' (VSAT) que também pode ser usado como rede de base para a criação de uma WAN que ligará as administrações aduaneiras dos Estados Membros.

Estão em curso consultas entre a Unidade de TIC, a Unidade das Alfândegas e a Direcção do Órgão da SADC, visando assegurar a implementação desta iniciativa.

### 3.3.5 Acordos de Parceria Económica

No domínio dos Acordos de Parceria Económica (APE), a atenção esteve centrada na conclusão de um APE abrangente e no desenvolvimento de um quadro para as áreas de Serviços e Investimento. Contudo, as negociações sobre um APE abrangente na área de mercadorias não foram concluídas até finais de 2010, conforme estava acordado. Esta situação deve-se à falta de acordo sobre o âmbito de cobertura das negociações dado que a Comissão Europeia (CE) propunha que as questões relacionadas com os serviços, incluindo as Indicações geográficas, os direitos de propriedade intelectual, o desenvolvimento sustentável e a tributação fizessem parte da agenda de negociações.

Porém, foram feitos avanços nas seguintes áreas: conclusão de um texto preliminar sobre investimento, que foi enviado à CE; conclusão de um texto preliminar sobre serviços e modalidades conjuntas, que está a ser objecto de consultas a nível nacional; e elaboração de um texto preliminar sobre acumulação. Foram também feitos avanços na elaboração de novas propostas de textos sobre algumas disposições do Acordo Provisório, que alguns membros do Grupo da SADC no APE consideraram litigiosas e que careciam de resolução. Por outro lado, ficou acordado que os textos acordados em Swakopmund, em Março de 2009, relativos a alguns aspectos que careciam de resolução, passassem a fazer parte do APE final.

### 3.3.6 Finanças e Investimento

No domínio das Finanças e Investimento, as atenções centraram-se nas quatro áreas de intervenção, nomeadamente o desenvolvimento dos mercados financeiro e de capitais, a materialização de uma maior cooperação monetária, a coordenação fiscal e matérias conexas e o aumento dos níveis de investimento intra-SADC e do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Para o efeito, os objectivos fixados para o exercício em análise incluíram a facilitação da harmonização dos quadros de políticas e jurídicos nas áreas da banca, sistemas de pagamento e instituições não bancárias, a facilitação do desenvolvimento de opções em matéria de políticas para a harmonização dos regimes de investimento, incluindo um quadro modelo para a celebração de Tratados Bilaterais de Investimento (BIT) e eliminação de barreiras ao IDE, e a facilitação de uma maior cooperação no domínio da tributação e matérias conexas na Região da SADC, incluindo a adopção de uma abordagem comum em relação aos acordos fiscais, incentivos fiscais, impostos indirectos e bases de dados fiscais.

Conforme indica o relatório do ano passado, foi implementado com sucesso um programa de promoção de investimentos sob o lema “1 Equipa, 15 Nações, rumo a um Investimento Sustentável” (SADC 2010). Na sequência deste programa, foi lançada uma Rede de Parcerias Público-Privadas (PPP), considerada um dos alicerces rumo à série de acções de Diálogo Público-Privado (PPD) da SADC, agendada para este ano.

O lançamento da rede garantirá a adopção de uma política comum de comunicação e cooperação, que regerá a interacção entre o Secretariado da SADC e o Sector Privado. No que respeita à operacionalização do PPDF da SADC, o Fundo foi registado na África do Sul, em Outubro de 2010, e as respectivas estruturas e instrumentos de gestão, tais como o regulamento de funcionamento, o manual de aprovisionamento e o quadro de gestão financeira já foram definidos. O Conselho de Governadores do Fundo realizou a sua primeira reunião em Fevereiro de 2011, em Windhoek, Namíbia.

### 3.3.7 Aumento da Competitividade Produtiva

Durante o exercício em análise, as actividades levadas a cabo com vista a incrementar a competitividade produtiva concentraram-se no desenvolvimento da Política e Estratégias de Desenvolvimento Industrial da SADC, na implementação do Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial (IUMP), na implementação do plano de Harmonização das Políticas, Padrões e do Quadro Legislativo e Regulador do Sector Mineiro, bem como no desenvolvimento de infra-estruturas para os serviços de Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia (SQAM).



Foi assinado, em Agosto de 2010, um Memorando de Entendimento entre o Secretariado da SADC e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) para formalizar e reforçar as relações entre as duas partes e incrementar a colaboração entre si em matérias ligadas ao desenvolvimento industrial.

No domínio das minas, foi elaborada uma proposta de Quadro de Segurança dos principais minerais produzidos na região da SADC. Este quadro preconiza um sistema completo de rastreio e certificação dos minerais e foi desenvolvido com vista a garantir que os produtos mineiros adquiridos de forma ilícita não entrem nas cadeias de valor, tanto dos países onde se efectua a extracção, como dos países de trânsito dos minerais exportados. Foi também produzido um Novo Mapa Geológico da SADC destinado a harmonizar dados geológicos na região.

Durante o exercício em análise, foram feitos avanços satisfatórios no domínio de SQAM. Actualmente, existem mais técnicos a liderar os programas em todas as áreas de SQAM em domínios, tais como da harmonização dos padrões, processos de acreditação regionais, harmonização de regulamentos, regimes de Teste de Aptidão (PT) e de comparação mútua e incremento do uso dos documentos da Organização Internacional da Metrologia Legal (OIML) nos Estados Membros.

### 3.4 Desenvolvimento de Infra - estruturas



#### 3.4.1 Visão Geral

A infra-estrutura constitui uma alavanca crucial para o desenvolvimento económico, a integração regional e a redução da pobreza. O ritmo de implementação dos programas regionais de infra-estruturas e as estratégias actualmente adoptadas para o desenvolvimento de infra-estruturas continuam em constante avaliação. O objectivo final consiste em definir estratégias destinadas a incrementar a oferta e o acesso a infra-estruturas na Região. Nos nossos esforços dedicados ao reforço do programa de Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento, o Secretariado reforçou a Unidade de Implementação de Projectos, dotando-a de uma responsabilidade, a tempo inteiro, de coordenar e ajudar os Estados Membros na implementação de projectos.

### 3.4.2 Energia

O Secretariado continua a desenvolver e a facilitar a execução de infra-estruturas de energia com a finalidade de fornecer electricidade, em menor custo, para aprofundar o desenvolvimento económico e social regional inclusivo com o mínimo de impacto negativo sobre o meio ambiente. Prosseguem os esforços de coordenação e implementação do Roteiro para o Desenvolvimento do Sector de Electricidade, visando cobrir os défices de oferta de electricidade que a região enfrenta mediante, entre outras medidas, a aceleração da execução de projectos de electricidade num horizonte de curta, média e longa duração nos Estados Membros.

Actualmente, a região dispõe de uma capacidade instalada para produzir 55.996 MW de electricidade, dos quais estão disponíveis 49.777 MW. O défice de 6.219 MW deve-se ao facto de alguns equipamentos estarem em reabilitação, com capacidade, nomeadamente de 197 MW em Angola, 1.200 MW na RDC, 3.100 MW na África do Sul, 228 MW na Tanzânia, 597 MW na Zâmbia e 725 MW no Zimbabwe.

O pico da procura na região em 2010 situou-se em 45.721 MW, o que requer a existência de uma capacidade instalada para produzir 50.385 MW, tendo em consideração a necessidade de garantir a existência de uma capacidade de reserva mínima equivalente a 10,2% das necessidades. A capacidade de produção instalada de 49.777 MW significa que há um défice de 608 MW.



Em 2010, entrou em operação uma capacidade total de produção equivalente a 1.100 MW em Angola (60MW), Botswana (70 MW), RDC (160 MW), África do Sul (640MW) e Zimbabwe (180 MW), resultante da reabilitação e da entrada em funcionamento de novos projectos, comparativamente à meta anual de 2.200 MW. A meta fixada não foi alcançada porque alguns projectos não conseguiram assegurar o financiamento necessário em tempo oportuno.

A gestão da procura de electricidade na região mantém-se o instrumento a curto prazo mais realista para garantir a conservação de electricidade e minimizar o abastecimento racionalizado. Por conseguinte, a região está a implementar vários programas de gestão da procura, que incluem a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas, a instalação de cilindros solares para o aquecimento de água, a melhoria da iluminação comercial e o controlo da carga para o aquecimento de água. Em 2010, a região conseguiu poupar 750 MW resultante do programa de uso de lâmpadas florescentes compactas.

Como uma das medidas a curto prazo, estão em curso diversos projectos de reabilitação e geração para fazer face ao défice na oferta de energia eléctrica. Para o período compreendido entre 2011 e 2015, está planeada a produção de cerca de 16.932 MW. Este ano (2011), a região planeia instalar uma capacidade para produzir 1.248 MW, maioritariamente na África do Sul e Zimbabwe. Em 2012, a região planeia instalar uma capacidade para produzir 1.592 MW, maioritariamente no Botswana e RDC, enquanto para 2013, 2014 e 2015 está planeada a instalação de capacidade de produção de 4.087 MW; 3.906 MW e 6.129 MW, respectivamente, maioritariamente em Moçambique, Namíbia, África do Sul e Tanzânia.

O Secretariado continua a facilitar a implementação de projectos de transporte transfronteiriços para permitir que os membros da Rede de Energia Eléctrica da África Austral (SAPP) ainda não interligados estejam ligados. Os referidos projectos incluem a Ligação de Caprivi, que foi inaugurada em Outubro de 2010. Estão em curso os projectos Gove-Huambo (80 km), linha de 220kV, Lucala - Uíge (212 km), linha de 220kV, Uíge-Maquela do Zombo (191km), linha de 220kV, e interligação de 242km de Gabela-Kileva, linha de 220kV, estando todos estes projectos localizados em Angola.

A interligação Malawi-Moçambique permanece um dos desafios que deve ser resolvido. O projecto de interligação Zâmbia-Tanzânia-Quênia assegurou fundos para a secção de Singida para Nairobi na fase Tanzânia-Quênia. Para a interligação Zâmbia- Tanzânia, procura-se financiamento para a Unidade de Implementação do Projecto.

O projecto do interconector ZIZABONA assegurou fundos para a preparação do projecto junto do Governo da Noruega, do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Em Novembro de 2010 foi designado o consultor que vai realizar os estudos financeiro, jurídico, técnico e de mercado.

O Corredor Central de Transmissão mantém-se uma das linhas de transporte cruciais na Região pois é usado para transportar electricidade entre o norte e o sul da Rede do SAPP. Este projecto destina-se a reforçar a rede de transporte no Zimbabwe, especialmente a secção Alaska – Sherwood, de modo a permitir o transporte de mais electricidade para outros países da SADC. Nas condições actuais, a linha afecta negativamente o comércio de electricidade na Região.

### 3.4.3 Transportes



O objectivo geral da iniciativa de transporte da SADC, conforme preconiza o Protocolo sobre Transporte, Comunicações e Meteorologia da SADC e o RISDP, é criar um sistema de transporte multimodal que ofereça infra-estruturas e permita a realização de operações eficientes, eficazes e plenamente integradas, que satisfaçam da melhor maneira as necessidades dos clientes e promovam o desenvolvimento económico e social inclusivo, mas de uma maneira sustentável em termos ambientais. A região desencadeou iniciativas destinadas a fazer face aos desafios resultantes da falta de disponibilidade e de acesso a redes de transporte adequados, rentáveis e eficientes necessárias para fortalecer o comércio intra-SADC.

### **I. Projecto da Ponte de Kazungula**

O estudo de viabilidade económica e o desenho detalhado da Ponte de Kazungula, incluindo as instalações fronteiriças e do Corredor já foram concluídos. Todos os relatórios dos serviços de consultoria já foram concluídos e aprovados pelos governos do Botswana e da Zâmbia. O Projecto passará para a fase seguinte de implementação em 2012.

### **II. Projecto da Ponta Techobanine**

Moçambique, Zimbabwe e Botswana assinaram um Memorando de Entendimento avaliado em 7 mil milhões de dólares americanos relativo ao projecto do Porto e Linha Férrea de Ponta Techobanine. Os três países acordaram em construir um novo porto de águas profundas no sul de Moçambique e um sistema ferroviário que liga os três países da África Austral.

### **III. Estudo de Viabilidade do Caminho-de-Ferro do Trans-Kalahari**

Outro projecto regional de caminho-de-ferro em curso trata-se do estudo de viabilidade sobre o Caminho-de-Ferro do Trans-Kalahari, que está sendo implementado por Botswana e Namíbia, cuja finalidade é explorar a viabilidade económica e financeira da construção de uma linha férrea que liga o terminal de caminhos-de-ferro em Gobabis, Leste da Namíbia, atravessando o Deserto de Kalahari, ligando ao caminho-de-ferro do Botswana, em Gaborone, que, por sua vez, está ligado à Transnet, na África do Sul, ou mais directamente, através de Lobatse e Zeerust para Joanesburgo/Pretória.

### **IV. Estudo de Viabilidade do Troço Ocidental do Corredor de Lobito**

A Parceria UE-África na Área de Infra-estruturas, sob os auspícios da Comissão da União Africana, está a financiar o programa de trabalhos e estudos preparatórios nos sectores de transporte, energia e TIC. O Projecto do Corredor Beira-Lobito faz parte do programa de actividades e estudos preparatórios.

### **V. Operacionalização do Centro de Controlo do Espaço Aéreo Superior**

O Projecto de Centro de Controlo do Espaço Aéreo Superior da SADC (UACC) é desenvolvido em conformidade com o plano dos Estados Membros da SADC de ter um Centro de Controlo comum do tráfego aéreo na sub-região. Foram feitos avanços no desenvolvimento do Anexo ao Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia (PTCM), que comporta os elementos essenciais, incluindo o órgão directivo do UACC, a sua estrutura orgânica e as condições de serviço do pessoal contratado.

### **VI. Melhoria da Segurança de Voo**

O projecto está concebido como precursor de uma Organização de Segurança da Aviação da SADC (SASO) a ser dotada de Inspectores Regionais de Segurança de Voo, cujo mandato será continuar a desempenhar a função de certificação, fiscalização, auditoria das companhias aéreas e formação. Foram elaborados um Modelo de Lei e de Regulamentos e Procedimentos Genéricos da Aviação Civil que serão usados pelos Estados Membros como base para a harmonização da legislação e dos regulamentos básicos da aviação na SADC.

### 3.4.4 Meteorologia

O Centro de Serviços de Clima da SADC (CSC), antigo Centro de Monitorização da Seca, continuou a prestar serviços e a oferecer produtos de apoio no domínio da monitorização e previsão do tempo e do clima em benefício dos Estados Membros e das instituições internacionais. De um modo particular, as organizações que lidam com o aviso prévio em matéria de segurança alimentar, preparação para casos de calamidades, os sectores de saúde e de gestão da água beneficiam desta intervenção. Os produtos do Fórum Regional de Previsão do Clima da África Austral (SARCOF) e as edições subsequentes de actualização do CSC permitem uma melhor planificação para fazer face a calamidades de origem climática.

### 3.4.5 Comunicações e TIC

O Secretariado continuou a levar a cabo diversas iniciativas prioritárias visando desenvolver melhores práticas para a Região em termos de garantir o acesso universal aos cidadãos da SADC mediante a harmonização de políticas e regulamentos. O Projecto de Infra-estrutura Regional de Informação (SRII) foi dividido em três etapas e avançou bastante bem, tendo as etapas a curto prazo (digitalização das linhas de transmissão) e a médio prazo (expansão da digitalização das linhas de transmissão) já foram concluídas. A etapa a longo prazo, que inclui todas auto-estradas regionais de transmissão em fibra de banda larga está prestes a ficar concluída.



No domínio das políticas e regulamentos, a região está a avançar para a questão da convergência. Duas agências executoras responsáveis pelas políticas e regulamentos no domínio das comunicações e serviços postais, nomeadamente, a Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral (CRASA) e a Associação dos Reguladores dos Serviços Postais da África Austral (SAPRA), serão fundidas e criada uma Autoridade reguladora única.

### 3.4.6 Água

A produção alimentar na África Austral é, muitas vezes, afectada por cheias e secas, particularmente nas últimas duas décadas. A maior parte das economias dos países da SADC depende da agricultura



sujeita às oscilações da pluviosidade. Por conseguinte, à semelhança do resto da África a sul do Saara, África Austral precisa de investir na gestão e no desenvolvimento de recursos hídricos, incluindo em tecnologias de infraestruturas de irrigação e no uso eficiente dos escassos recursos hídricos.

A SADC identificou a gestão e o desenvolvimento dos recursos hídricos como intervenções cruciais para o crescimento sustentável e a erradicação da pobreza e fez avanços na implementação do Plano de Acção Estratégico Regional sobre o Desenvolvimento e Gestão estratégica de Recursos Hídricos (RSAP-IRWDM). O RSAP foi estruturado em quatro áreas temáticas estratégicas dentro das quais foram desenvolvidos e implementados projectos e programas específicos ao longo de um período de 5 anos (2005–2010). Cinco dos projectos de demonstração de IWRDM foram implementados nos Estados Membros da SADC, com o apoio da Danida.

Durante o período em análise, foram concluídos dois projectos apoiados pelos governos do Reino Unido e da Alemanha, nomeadamente Contabilidade Económica do Uso da Água e Sincronização das Barragens e Descargas de Cheias na bacia do Zambeze, concluídos em Setembro de 2010 e Março de 2011, respectivamente.

### **3.4.7 Turismo**

Durante o período em análise, o sector do turismo realizou uma acção de marketing, Comunicação e Promoção da Marca. A redefinição da estratégia de determinação da posição está concluída em 70%. Foram realizadas duas conferências regionais sobre o turismo e investimento no Zimbabwe e na África do Sul. Estão em curso actividades visando promover a região como destino MICE em todas as feiras de viagens. Presentemente, o Secretariado está a trabalhar com os Estados Membros na elaboração de um calendário de eventos e na realização de programas conjuntos de promoção de mega eventos de turismo nacionais identificados.

### 3.4.8 Desafios Principais Enfrentados na Implementação de Projectos de Infra - estruturas

A implementação de projectos de infra-estruturas continua a enfrentar imensos desafios, entre os quais contam-se os seguintes:

- I. dificuldades em matéria de recursos humanos e financeiros continuam a impedir a implementação eficaz de programas;
- II. deficiente funcionamento das estruturas de gestão de projectos em todos os níveis, particularmente nacional e regional, e a generalizada rotação de pessoal nos Estados Membros afectam a continuidade e causam atrasos na execução de actividades;
- III. baixos níveis de resposta dos Estados Membros, particularmente no que respeita ao acompanhamento dos projectos e fornecimento de informação e de dados para vários estudos.

### 3.5 Alimentação, Agricultura e Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços



#### 3.5.1 Visão Geral

Na área de alimentação, agricultura e recursos naturais, o Secretariado continuou a focalizar-se na garantia da segurança alimentar, redução da pobreza e promoção do uso sustentável de recursos naturais e meio ambiente. Conforme todos nós sabemos, o sector da agricultura na região continua crucial dado que cerca de 70% da população depende deste sector para a sua alimentação, renda e emprego. O sector também contribui entre 4% e 27% do PIB dos Estados Membros e cerca de 13% das receitas totais das exportações na região. O desempenho deste sector tem uma forte influência na segurança alimentar, crescimento económico e estabilidade social e económica. Por conseguinte, o Secretariado continua a redobrar esforços para facilitar e monitorizar a implementação do RISDP, da Declaração e do Plano de Acção de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar nos Estados Membros.

### **3.5.3 Implementação da declaração de Dar-es-Salam e do RISDP**

#### **3.5.3.1 Fornecimento de Factores de Produção Agrícola**

Conforme foi indicado o ano passado, a disponibilidade e o acesso a factores de produção continua a representar um grande desafio para a produção agrícola na maior parte dos Estados Membros. Neste contexto, o Secretariado tem redobrado esforços visando facilitar o aumento da disponibilidade e da acessibilidade dos factores de produção na região.

Durante o período em análise, o centro de atenção situou-se no desenvolvimento de um sistema harmonizado de rotulagem de adubos na região que se espera venha a facilitar o comércio de fertilizantes entre os Estados Membros. Por outro lado, o Secretariado está a facilitar o estabelecimento de um Centro de Sementes da SADC, que implementará o Sistema Regulador de Sementes Harmonizado, já criado.

#### **3.5.3.2 Pecuária e Controlo de Doenças das Plantas**

A produção pecuária registou um aumento considerável na Região ao longo dos anos, apesar da sua importância. A produção de carne aumentou em cerca de 13%, de 4,62 milhões de toneladas, em 2006, para 5,23 milhões de toneladas, em 2010. Ao longo do mesmo período, a produção de leite e de ovos também registou um aumento de 13% e 19%, respectivamente, ou seja, de 4,40 milhões de toneladas para 4,98 milhões de toneladas e de 540 mil toneladas para 640 mil toneladas, respectivamente. Porém, a região continua a ser importadora líquida destes produtos.

Este aumento foi causado principalmente por pragas e doenças, em particular, carraças, tripanossomíase, febre aftosa, pleuropneumonia bovina contagiosa e Newcastle, que são comuns na região.

Para fazer face a esta situação, durante o período em análise, a atenção esteve concentrada na reabilitação dos serviços de veterinária em 5 Estados Membros, na melhoria da capacidade de diagnóstico e vigilância de TAD, na harmonização dos sistemas de vigilância das doenças de animais e no estabelecimento de redes regionais de vigilância de doenças de animais transfronteiriças (TAD). As redes destinam-se a facilitar a partilha de informação sobre TAD na região. Além disso, estão em curso planos que visam criar uma Comissão da África Austral para o Controlo de TAD (SACCT). O projecto de proposta para o estabelecimento da Comissão está a ser apreciado pelos Estados Membros. A capacitação na área de vigilância de doenças também mereceu atenção especial.

No domínio da protecção das culturas, o Secretariado facilitou o desenvolvimento de directrizes para o registo de produtos de protecção das culturas. Prevê-se que, como resultado desta acção, o comércio e o uso destes produtos venha a aumentar.

#### **3.5.3.3 Investigação Agrária e Desenvolvimento e Divulgação de Tecnologias**

Durante o período em análise, foram feitos avanços significativos no processo rumo ao estabelecimento do Centro de Coordenação da Investigação e Desenvolvimento Agrário da África Austral (CCARDESA). A Carta, aprovada em Novembro de 2010, já entrou em vigor, depois de ser assinada por 11 Estados Membros. O CCARDESA foi lançado pelos Ministros responsáveis pelos pelouros da Agricultura e Segurança Alimentar, durante a reunião realizada a 14 de Julho de 2011. Na mesma reunião foram também nomeados os membros do respectivo Conselho.

O Secretariado também desencadeou um processo que facilitará o estabelecimento de um quadro eficaz de manuseamento e transporte seguro de OGM além-fronteiras, o mais tardar, até 2012.

#### **3.5.3.4 Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços**

Relativamente à gestão conjunta de recursos naturais, o Secretariado continua a focalizar a sua atenção

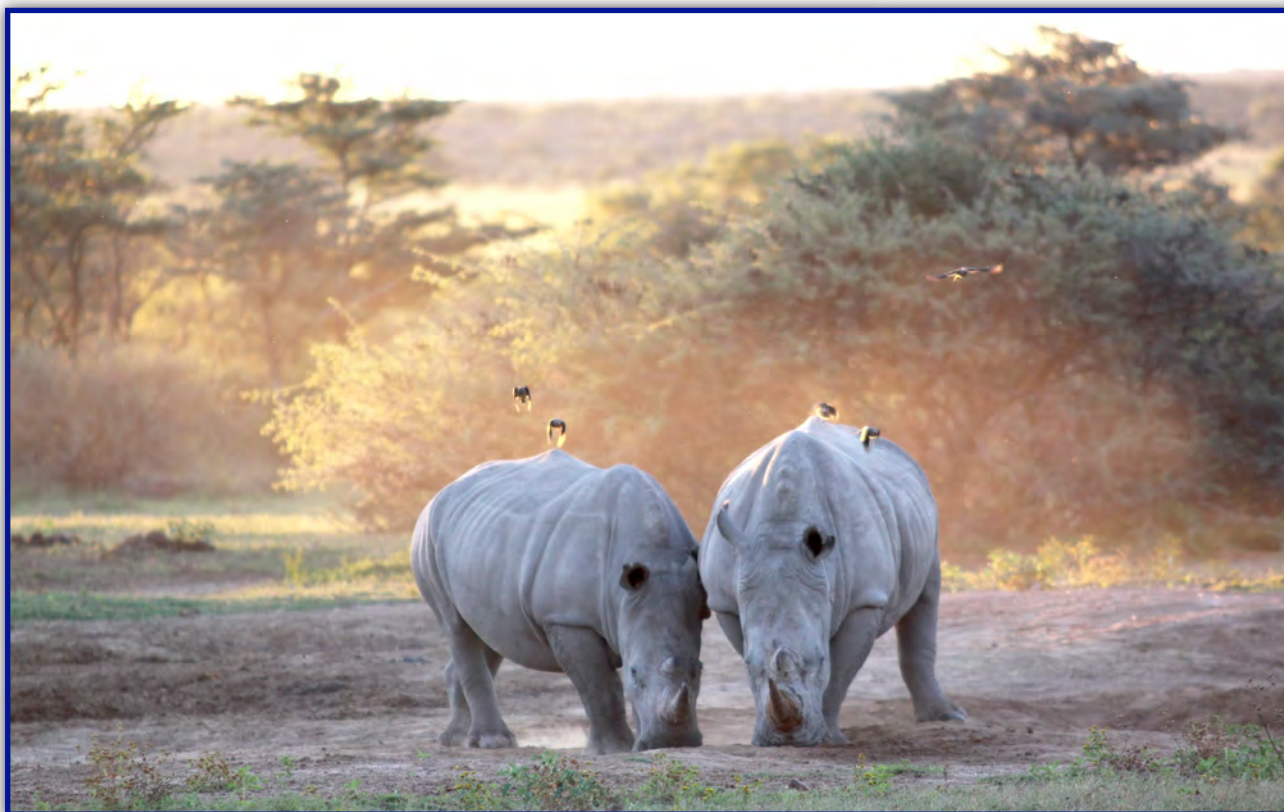


nos sectores das pescas, florestal, de fauna bravia e das áreas de conservação transfronteiriça. O centro das atenções foi o de garantir que estes recursos sejam geridos de forma sustentável e que beneficiem as gerações presentes e futuras locais, além de contribuírem para o bem-estar geral. As estratégias de implementação dos Protocolos sobre as Pescas e sobre Florestas foram aprovadas pelos respectivos Ministros sectoriais.

No domínio das Pescas, foram elaborados dois programas destinados a incrementar a segurança alimentar, a nível regional, e o crescimento económico na região. Estes programas estão centrados no reforço da gestão partilhada dos recursos piscatórios, na bacia do Zambeze, e na Aquicultura, tendo sido aprovados pelos Ministros em 2010.

Em resposta à necessidade urgente de se implementar o Protocolo sobre Florestas da SADC, o Secretariado facilitou a conclusão de programas nas áreas de Redução das Emissões Causadas pela Desflorestação e Degradação das Florestas (REDD) e na cooperação no domínio da Gestão Transfronteiriça de Queimadas. O Programa REDD destina-se a atenuar os efeitos das alterações climáticas e serve de mecanismo para o acesso aos recursos para fins de adaptação e desenvolvimento. Por seu turno, o Programa de Gestão de Queimadas visa a gestão sustentável dos ecossistemas florestais da SADC. Os dois programas foram aprovados pelos Ministros, estando actualmente em curso a mobilização de recursos para a sua implementação.

Na área da Fauna Bravia, e na sequência da aprovação da Estratégia de Implementação do Protocolo sobre a Conservação da Fauna Bravia e Aplicação da Lei, o Secretariado iniciou a sua operacionalização.



#### 3.5.3.5 Prontidão de Resposta em Caso de Catástrofes

A região continua a ser afectada por várias calamidades, tais como secas, cheias, ciclones, queimadas descontroladas, pragas e doenças que afectam negativamente a sua segurança alimentar.

Para a redução ou prevenção destas calamidades, o Secretariado desencadeou diversas intervenções, incluindo a publicação de boletins regulares sobre a segurança alimentar, informação sobre a produção de alimentos e as necessidades alimentares, bem como a prestação de apoio às unidades nacionais de

aviso prévio, mediante a realização de actividades de formação e de missões de apoio.

O Secretariado continuou a reforçar os sistemas de avaliação da vulnerabilidade nacional e regional, que visam servir de base para a formulação de políticas e a elaboração de programas e intervenções de emergência que dão origem à redução da vulnerabilidade na região da SADC. Esta iniciativa dissemina informação sobre a segurança e a vulnerabilidade alimentar na região através da rede de Internet, de publicações e de reuniões anuais de avaliação da segurança e da vulnerabilidade alimentar.

O Secretariado facilitou a realização de avaliações da vulnerabilidade em 9 Estados Membros, tendo os resultados sido disseminados junto dos governos nacionais e apresentados aos quadros superiores responsáveis pela definição de políticas, durante o Fórum Regional de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade (RVAA) da SADC.

### **3.5.3.6 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos domínios do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Secretariado concentrou a sua atenção no seguinte:

- I. facilitou a finalização do Protocolo sobre o Meio Ambiente;
- II. facilitou a formulação da Estratégia sobre as Alterações Climáticas, que descreve os mecanismos de resposta às alterações climáticas actuais e futuras;
- III. iniciou a elaboração de um manual destinado a facilitar a integração das questões ambientais nas actividades socioeconómicas em toda a região;
- IV. facilitou a formulação de uma posição comum da região sobre as alterações climáticas; foi elaborado um documento, contendo a posição regional para a 16ª Conferência das Partes (COP 16) à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNCBD), o que permitiu que os Estados Membros falassem numa só voz durante as negociações no âmbito da COP;
- V. mobilizou recursos para a formulação de um programa e de uma estratégia regionais sobre as alterações climáticas; foram assegurados fundos adicionais para a formação em matéria de negociação e formulação de posições sobre as alterações climáticas, bem como para as actividades ligadas à COP 17 da CQNUAC.

### **3.5.3.7 Política Agrícola Regional**

Conforme reporte do ano passado, prevê-se que a Política Agrícola Regional (PAR) seja um documento legal vinculativo, dedicado à implementação de estratégias alimentares, agrícolas e de recursos naturais e ambientais na região. Pretende-se que a PAR se debruce sobre os desafios enfrentados na cadeia de valor da agricultura da região, desde o lado da oferta (produção, produtividade e competitividade) até ao comércio e aos mercados de produtos agrícolas, no lado da procura. Entretanto, a concretização efectiva desta abordagem depende do nível de financiamento e do investimento feito no sector da agricultura. Por isso, em termos conceptuais, a PAR está alicerçada em três pilares principais, intrinsecamente relacionados e que se reforçam mutuamente, nomeadamente o Pilar I, sobre a Produção, Produtividade e Competitividade, o Pilar II, sobre o Comércio e Mercados, e o Pilar III, sobre Finanças e Investimento.

No ano em curso, o Secretariado concentrou a sua atenção na segunda fase, concernente ao desenvolvimento da Declaração sobre a Política Agrícola Comum. Esta fase está focalizada, essencialmente, na realização de estudos de pré-avaliação da viabilidade, destinados a fortalecer a justificação lógica de alguns aspectos de política, identificadas na fase de conceptualização, identificar potenciais lacunas (isto é, questões de política cruciais, que poderão ter sido ignoradas na fase de conceptualização), identificar possíveis formas de intervenção e definir prioridades rigorosas para as intervenções propostas, tendo em consideração os compromissos formais assumidos pela SADC, por exemplo, os Protocolos. Os estudos estão em curso e, logo que estejam concluídos, arrancarão os processos de consultas. O propósito destes processos será apreciar os resultados dos estudos e sugerir uma proposta de declaração de política.

Prevê-se que a proposta de declaração de política da PAR esteja pronta para apreciação pelos Ministros responsáveis pelos pelouros da Agricultura e Segurança Alimentar, o mais tardar, até Dezembro de 2011.

### **3.6 Programas de Desenvolvimento Social e Humano de Dimensão Regional**

#### **3.6.1 Visão Geral**

Na área de desenvolvimento social e humano, o Secretariado continuou a facilitar a implementação de iniciativas orientadas pelo RISDP, Protocolos relevantes e Declarações, bem como o Plano de Actividades do Secretariado para o exercício de 2010/2012. Os principais acontecimentos e tendências nas áreas de enfoque incluem os seguintes:

#### **3.6.2 Educação e Desenvolvimento de Competências**

Foram feitos avanços em matéria de harmonização de políticas e de implementação de medidas comuns destinadas a aumentar o acesso à educação de qualidade e a melhorar as abordagens de desenvolvimento de competências. As acções foram levadas a cabo no âmbito dos principais compromissos regionais, continentais e globais, com destaque para o Protocolo sobre Educação e Formação da SADC, o Plano de Acção da Segunda Década da Educação da União Africana, o programa Educação para Todos e os ODM. Em conformidade com o RISDP, as prioridades do sector da educação e desenvolvimento de competências centraram-se nas áreas de formulação e harmonização de políticas, de capacitação, monitorização e avaliação, de integração da perspectiva de género e do combate ao VIH e SIDA.

Durante o período em análise, foram formulados diversos quadros, contando-se, entre estes, o Projecto de Quadro Estratégico do Ensino e Formação Técnico-Profissional (EFTP), destinado a reforçar os sistemas orientados para a produção de quadros relevantes e necessários para o Mercado de trabalho e fazer face ao desemprego, especialmente entre os jovens. Foi também desenvolvido um projecto de Política-Quadro e Directrizes Regionais sobre o Ensino Aberto e à Distância (EAD) para a integração da perspectiva de género no EAD. Neste contexto, os Estados Membros beneficiaram de apoio para a formulação de políticas nacionais de EAD. Além disso, está em curso um estudo sobre as barreiras que os elevados custos representam para o acesso ao ensino superior de qualidade, com vista a superar os impedimentos à mobilidade dos estudantes na região.

O Secretariado formulou mecanismos e instrumentos destinados à monitorização do progresso alcançado na implementação dos compromissos regionais, continentais e globais. Trata-se do Quadro Regional de Monitorização do EAD e dos modelos nacionais de apresentação de relatórios, dos indicadores de monitorização da resposta do sector da educação ao VIH e SIDA e do quadro de avaliação para a monitorização da implementação das Normas e Padrões dos Sistemas de Informação de Gestão da Educação (EMIS).

No que respeita à capacitação e ao reforço da capacidade institucional, os Centros de Especialização em EAD no ensino secundário e na formação de professores, sediados no Malawi e na República Unida da Tanzânia, respectivamente, foram equipados e dotados de capacidade adicional em matéria de assessores técnicos. Foram seleccionadas duas instituições regionais para oferecer formação, de longa duração, em estudos relacionados com EAD, a partir de finais de 2011. Além disso, cerca de 70 profissionais da área de EAD foram capazes de participar em visitas de estudo na região, em conferências regionais e internacionais sobre EAD e de facilitar o exercício de avaliação comparativa.

Apesar do progresso acima referido, a região continua a confrontar-se com vários desafios em termos de implementação dos seus compromissos. Trata-se do baixo nível de conhecimentos por parte dos alunos do ensino primário, sobre as questões ligadas ao VIH e SIDA, das barreiras ao acesso à educação, particularmente ao ensino superior e ao EFTP, e da falta de consenso relativamente ao acolhimento do

Instituto Universitário Pan-Africano em Ciência Espacial.

### 3.6.3 Emprego e Trabalho

A região continua a colocar ênfase na adopção de políticas comuns tendentes a melhorar as condições de emprego e trabalho, com vista a reduzir a pobreza e aumentar a justiça social.

Foram elaborados instrumentos e políticas relevantes para permitir que os Estados Membros procedam à monitorização e à avaliação do progresso alcançado na implementação de políticas e programas. Estes instrumentos têm por finalidade facilitar a recolha e a análise de dados sobre a implementação das disposições contidas nos instrumentos de política da SADC nas seguintes áreas prioritárias:

- I. segurança social,
- II. trabalho infantil,
- III. segurança e saúde no trabalho,
- IV. combate ao VIH e SIDA e emprego.

Foram formuladas três políticas/documentos legais para facilitar o aumento da produtividade, conforme a seguir se indica:

- I. Carta que cria a Organização Regional de Produtividade da SADC (ORP),
- II. Memorando de Entendimento entre a ORP da SADC e o Secretariado da SADC,
- III. Acordo de Acolhimento da ORP. Neste contexto, a questão da produtividade é tratada no quadro do princípio de subsidiariedade.

Está a ser feito progresso contínuo rumo ao estabelecimento de sistemas de informação sobre os mercados de trabalho na região. Foi concluída a elaboração de uma proposta de Protótipo de Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho, que se encontra actualmente em apreciação.

Foram fortalecidas as estruturas de implementação no sector, mediante o estabelecimento e a operacionalização de Subcomités Técnicos Tripartidos sobre a Protecção Social e Emprego e Trabalho. Estes comités, que comportam trabalhadores, empregadores e representantes governamentais, já se encontram em pleno funcionamento e a liderar a implementação de programas de emprego e trabalho na região.

### 3.6.4 Saúde e Fármacos

Relativamente à saúde e farmacêuticos na região, foram alcançados progressos significativos no domínio da formulação e harmonização de políticas, com particular realce para o controlo de doenças, saúde reprodutiva, informação, educação e comunicação e desenvolvimento de sistemas da saúde. A região também desenvolveu mecanismos tendentes à monitorização do progresso na implementação do Protocolo sobre Saúde da SADC, em conformidade com os instrumentos regionais, continentais e internacionais, para demonstrar a partilha das Melhores Práticas entre os Estados Membros. Integram estes a formulação de Quadros Estratégicos Regionais, com indicadores principais e relatórios analíticos anuais, para o Controlo de Doenças, visando tanto as doenças transmissíveis como as não-transmissíveis.

No domínio de Doenças Transmissíveis, a Tuberculose (TB), e de modo particular a Tuberculose Resistente à Múltiplos Medicamentos e Extensivamente Resistente aos Medicamentos e a co-infecção do VIH/SIDA, tornou-se a principal causa da morbilidade e mortalidade. A Tuberculose resistente aos medicamentos é promovida por vários factores, entre os quais a elevada taxa de incumprimento no seio dos migrantes, a capacidade limitada de diagnóstico e o fracasso generalizado de aderência aos padrões internacionais de gestão de pacientes com Tuberculose. A malária, por outro lado, está controlada, factor atribuído à várias iniciativas regionais, nomeadamente a Iniciativa Transfronteiriça Trans-Zambezi e o programa de controlo da Malária de

Lubombo, que envolve Moçambique, a Suazilândia e a África do Sul, que conseguiram, com sucesso, reduzir e manter os casos em 70 por cento. Visando o combate a doenças não-transmissíveis, que causam cada vez mais mortes prematuras, a região concordou em celebrar o Dia de Estilos de Vida Saudáveis da SADC, durante a última semana de Fevereiro de cada ano. Apesar dos progressos alcançados, a região continua a enfrentar vários desafios que podem ser ultrapassados com êxito tendo quadros regionais adequados e padrões mínimos, nas esferas de integração da perspectiva de género nas políticas e programas de saúde pública regionais, de apoio à população migrante na região, em termos de acesso aos serviços de saúde, de facilitação da mobilidade e utilização prudentes dos profissionais da saúde escassos, de aquisição dirigida em grupo e produção de medicamentos e fornecimentos essenciais, de combate ao comércio de medicamentos falsificados e de baixa qualidade, de fazer cumprir os protocolos acordados e os padrões mínimos e de coordenação das respostas regionais às emergências de saúde e ao surgimento e reaparecimento de epidemias. No seu plano actual de abordagem das questões relativas à saúde pública, o Secretariado da SADC, em colaboração com as partes interessadas relevantes, está a formular Quadros Estratégicos e Planos que respondem às áreas de Alimentação e Nutrição, Doenças Não Transmissíveis, Medicamentos Tradicionais Africanos, Aquisição em Grupo de Medicamentos Essenciais e Produção Regional de Medicamentos Genéricos.

### 3.6.5 VIH e SIDA

Em conformidade com a Declaração de Maseru, sobre a luta contra o VIH e SIDA, o Secretariado continuou a facilitar a harmonização de políticas e abordagens relacionadas com o combate ao VIH e SIDA. Com efeito, foi formulado um Quadro Regional de Prevenção e Controlo de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), que foi aprovado pelos Ministros da Saúde e Ministros responsáveis pela luta contra o VIH e SIDA, em Lubumbashi, República Democrática do Congo, em Novembro de 2010. O Quadro irá, entre outros fins, facilitar a reintegração da gestão de IST no controlo do VIH e SIDA.

Quanto ao reforço da capacidade e à integração da perspectiva de luta contra o VIH e SIDA, procedeu-se a uma revisão da resposta do sector da educação ao VIH, cujo relatório foi divulgado em todos os Estados Membros. O relatório identificou as áreas prioritárias para a integração regional a fim de fortalecer a resposta do sector da educação. Tratou-se de um esforço colaborativo entre o Secretariado, a UNESCO, o UNICEF e a MIET Africa.

Em termos de rastreio do progresso dos compromissos acordados sobre a luta contra o VIH e SIDA, o Relatório da Situação Epidemiológica, referente a 2010, revela que existem melhorias contínuas no sentido de tornar os medicamentos anti-retrovirais acessíveis à população portadora da SIDA a fim de mantê-la viva e produtiva. Devido ao facto de os índices de infecção do VIH permanecerem muito elevados, particularmente entre a população jovem de 15-24 anos de idade, foram envidados esforços adicionais tendentes a acelerar a prestação de serviços de tratamento, de cuidados e de apoio aos casos de VIH e SIDA, da Tuberculose e da Malária, entre as crianças e a população jovem na Região. No entanto, muito mais deve ser feito, porquanto a maioria dos Estados Membros permanece longe de alcançar os alvos dos ODM relativos ao combate ao VIH e SIDA.

Relativamente à mobilização de recursos, o principal enfoque foi o seguimento da implementação do Fundo Regional de combate ao VIH da SADC e da Iniciativa Transfronteiriça da SADC de combate ao VIH, com o apoio do Fundo Global. Uma soma de USD 15 milhões foi recebida do Fundo Global a fim de implementar a Fase 1 da Iniciativa. Estes esforços complementam os esforços dos Estados Membros a nível nacional e dos PCI, visando prestar serviços de prevenção e tratamento ao longo das rotas migratórias regionais e fronteiras nacionais.

Não obstante a evolução positiva acima referida, a região permanece excessivamente dependente de financiamentos externos dos parceiros de desenvolvimento, que estão a registar uma redução significativa, fruto da crise económica e financeira internacional.

Com vista a ultrapassar alguns destes desafios, o Secretariado implementou mecanismos destinados a apoiar os Estados Membros a elevarem o potenciamento e a

participação das crianças e jovens, enquanto agentes da mudança, no quadro da prevenção do VIH.

### **3.6.6 Programa Especial: Órfãos, Crianças e Jovens Vulneráveis (OVCY)**

O enfoque especial foi dado à abordagem das necessidades dos órfãos, de outras crianças vulneráveis e dos jovens da região. Na sequência da directiva do Conselho de Agosto de 2010, foi convocada, pela primeira vez, uma reunião conjunta de Ministros da SADC, que teve lugar em Windhoek, Namíbia, de 01 a 03 de Junho de 2011. Os Ministros debateram e elaboraram um roteiro claro para a abordagem da vulnerabilidade da criança e do jovem na região. O roteiro prioriza a criação e o fortalecimento de estruturas de potenciamento das crianças e jovens, promove o voluntarismo e destaca a transmissão das capacidades de liderança, bem como a criação de oportunidades de emprego e empresariais, visando a melhoria das suas vidas.

Foram formuladas as principais directrizes regionais, visando harmonizar um pacote mínimo de serviços básicos para os OVCY em toda a região, de modo a garantir que estes possam sobreviver, crescer e tornar-se cidadãos responsáveis e produtivos. As directrizes que colocam ênfase na coordenação dos esforços entre os sectores e na criação de sistemas de referência e colaboração, com vista a assegurar que os serviços abrangentes sejam prestados de forma abrangente, revestem-se de importância particular para as funções do governo e dos sistemas de prestação de serviços nos Estados Membros.

Durante o período em análise, o Secretariado trabalhou de forma estreita com a Comissão da União Africana (CUA) e a União Panafricana da Juventude (UPJ) na preparação de recomendações que foram apreciadas pelos Chefes de Estado e de Governo, durante a Cimeira da União Africana, realizada em Julho de 2010, cuja temática foi «Potenciamento da Juventude e Desenvolvimento Sustentável».

## **3.7 Programas Transversais**

### **3.7.1 Questões de Género e Desenvolvimento**

No período em análise, foi alcançado progresso no domínio das questões de Género e Desenvolvimento, conforme se segue:

#### **3.7.1.1 Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento**

O Protocolo foi adoptado e assinado por 13 dos 15 Chefes de Estado e de Governo da SADC, a 19 de Agosto de 2008. Até à data, oito Estados Membros, nomeadamente Angola, RDC, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia e Zimbabwe, ratificaram o Protocolo e depositaram os seus instrumentos de ratificação. Os processos de ratificação estão em curso nos restantes Estados Membros que já assinaram.

#### **3.7.1.2 Integração da Perspectiva de Género**

A Unidade de Género continua a implementar várias iniciativas, entre as quais o reforço de capacidades, a sensibilização e o desenvolvimento de materiais, com vista a redobrar os esforços de integração da perspectiva de género, necessários para a integração regional.

Um Workshop Regional de Formação de Formadores foi realizado em Dezembro de 2010, tendo o mesmo contado com a participação de um total de 45 participantes provenientes de 14 Estados Membros da SADC. Os participantes eram representantes dos Ministérios de Género/da Mulher dos Governos, outros ministérios afins, bem como diferentes peritos de formação em questões de género e activistas em matéria de género da sociedade civil. A acção de formação visou alargar a utilização do Kit de Recursos a nível nacional. Deste modo, a acção de formação teve um 'efeito multiplicador', na medida em que houve um grupo de formadores que, por sua vez, realizaram acções de formação a nível nacional. Durante o Workshop, foram

desenvolvidos Planos de Acção Nacionais, tendentes a alargar o Programa de Integração da Perspectiva de Género. Através de fundos mobilizados a partir dos ICP, serão realizadas as actividades identificadas nos Planos de Acção Nacionais. O Secretariado vai mobilizar recursos para assegurar a implementação das actividades identificadas nos planos de acção.

Com o apoio da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e do Centro de Política Comercial (ATPC), o Secretariado realizou um estudo destinado a avaliar os impactos das questões de género no comércio na SADC. O estudo teve por objectivo ganhar uma compreensão mais clara sobre a situação da mulher na economia, os processos de desenvolvimento relacionados com o comércio e os seus impactos diferenciados nas mulheres e nos homens. Os resultados dos estudos facilitarão os esforços tendentes a integrar a perspectiva de género nas políticas económicas, de investimento, financeiras e comerciais nas leis e nos programas da SADC, de uma maneira mais esclarecida e coordenada. A redução progressiva de tarifas, as regras de origem, a liberalização do comércio, as barreiras não-tarifárias, as políticas do comércio externo, a cooperação no domínio das alfândegas e a facilitação do comércio, as negociações em torno da agenda de desenvolvimento de Doha da OMC, as Negociações sobre a Parceria Económica da SADC, os recursos minerais, a convergência macroeconómica, a tributação e questões conexas e o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais.

Um workshop de validação dos resultados do estudo está agendado para Setembro de 2011 e contará com a participação de todos os representantes dos Estados Membros da SADC, provenientes dos Ministérios do Comércio e dos Assuntos de Género/da Mulher e peritos do Secretariado.

No domínio das questões de género, de paz e de segurança, foi realizado, em Março de 2011, um seminário sobre políticas regionais. O seminário contou com a participação de todos os Estados Membros da SADC, de representantes de organizações internacionais, da sociedade civil e de peritos do Secretariado nas áreas de género, paz e segurança.

O Workshop visou formular uma estratégia regional de resposta à violência sexual, de modo particular nas zonas de conflito e pós-conflito e desenvolver um quadro de integração da perspectiva de género na arquitectura da paz e segurança. Estes quadros importantes foram formulados dentro do contexto da Resolução 1325 da ONU e do Artigo 28º do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento da SADC. O Workshop identificou também a situação e a magnitude da violência contra a mulher nas zonas de conflito e pós-conflito na região e deliberou sobre as possíveis medidas tendentes ao tratamento da violência sexual nestas áreas.

### **3.7.1.3 A Mulher em Cargos Políticos e de Tomada de Decisões**

Em Janeiro de 2011, o Secretariado realizou um Workshop sobre o reforço de capacidades a favor dos Membros do Parlamento (Deputados) dos diferentes Estados Membros. O Workshop concentrou-se no reforço da capacidade de liderança dos MP nos diferentes espaços de tomada de decisão e, em particular, da liderança da igualdade e equidade de género aos níveis mais altos da tomada de decisões.

Os Deputados foram levados a uma excursão de auto-descoberta e compreensão, não só dedicada ao seu papel enquanto agentes da mudança, como também destinada à auto-localização no discurso da igualdade de género, quer como mulheres, quer como agentes-chave de decisão.

### **3.7.1.4 Programa de Potenciamento Económico da Mulher**

O Fórum e a Feira do Comércio e Investimento da Mulher da SADC 2010 foram realizados em Agosto de 2010. O Fórum congregou um total de cinquenta (50) mulheres empresárias, provenientes de cada um dos 14 Estados Membros da SADC. Durante o Fórum de Investimentos, foram facilitadas sessões de reforço de capacidades e de partilha de informação por parte dos Peritos da SADC, especializados nas áreas da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC, da União Aduaneira, de Barreiras Não-Tarifárias, de

Medidas Comerciais Regionais rumo a sua Eliminação, de Regras de Origem e do seu impacto no Comércio Transfronteiriço e de Documentação Aduaneira e Procedimentos de Desalfandegamento. Além disso, numa sessão de reforço de aptidões, as Mulheres Empresárias foram formadas no domínio de Como Melhorar as Suas Aptidões de Exposição, com enfoque na promoção dos seus negócios e nos quatro Ps do marketing, designadamente Produto (Product), Preço (Price), Lugar (Place) e Promoção (Promotion). As mulheres empresárias mantiveram contactos comerciais e conexões necessárias para alargar os seus mercados.

A Feira Comercial seguiu-se ao Fórum e tornou-se um sucesso já que os participantes foram capazes de expôr os seus produtos nos mercados regionais e internacionais e criar um fórum de troca de ideias, conhecimentos e experiências visando a expansão comercial e o intercâmbio. Um exemplo deste sucesso é o caso em que certos participantes foram capazes de assegurar acordos comerciais envolvendo somas consideráveis em dinheiro para fornecer produtos à Namíbia.



Relativamente aos Comerciantes Transfronteiriços Informais (ICBT), a maioria dos quais são mulheres, foi realizada uma Reunião de Políticas de Advocacia de Alto Nível, em Novembro de 2010. O Workshop contou com a participação de representantes provenientes de 14 Estados Membros, totalizando 60 participantes, representando os Ministérios dos Assuntos de Género/da Mulher dos Governos e Associações Comerciais, de Negócios e da Mulher, o sector privado e os parceiros de desenvolvimento. Os objectivos deste Workshop foram os seguintes:

- I. divulgar os resultados de inquéritos, de modo particular as recomendações do estudo do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), em matéria do Comércio Transfronteiriço Informal na África Austral dirigidas aos responsáveis pela definição de políticas;
- II. defender e sensibilizar sobre a importância da integração das questões comerciais transfronteiriças informais nos programas de desenvolvimento, políticas, leis, orçamentos e protocolos nacionais;
- III. sensibilizar e angariar apoios de Ministérios dos Governos destinados a fazer cumprir a implementação das recomendações resultantes do estudo a nível nacional;



IV. formular uma Estratégia de Advocacia e o Plano de Acção Regional para os ICBT, que incluam uma política clara e áreas de acção legislativas, a nível nacional e regional, necessárias para criar um ambiente favorável para os ICBT. Todos os objectivos acima referidos foram concretizados, e uma das recomendações urgentes feitas na Estratégia de Advocacia foi a formalização de Associações da Mulher Empresária, tanto a nível nacional como regional. A Associação da Mulher Empresária foi formalizada em Março de 2011.

### **3.7.2 Estatística**

Quanto à estatística, a implementação de programas, durante o ano em análise, prosseguiu com enfoque nas áreas de intervenção prioritárias conforme identifica e desenvolve o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP).

#### **3.7.2.1 Parceiros Estratégicos**

Durante o período em referência, a maioria das actividades-chave foi realizada e financiada dentro dos quadros de implementação da componente de Estatística de Reforço de Capacidades para Integração Regional (CBRI), financiada pela União Europeia, dos programas de Reforço de Capacidades de Estatística (SCB) II, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e do Projecto de Conta de Desenvolvimento da SADC, com o apoio financeiro e técnico da Divisão de Estatística das Nações Unidas.

#### **3.7.2.2 Áreas Prioritárias**

O programa de Estatística da SADC continuou a focalizar-se nas seguintes actividades prioritárias:

I. Harmonização de Estatísticas, com particular enfoque no seguinte:

- (a) estatística do comércio internacional de mercadorias;
- (b) estatísticas de preços ao consumidor;
- (c) contas nacionais.

II. criação e reforço de capacidades de estatística, visando monitorizar o progresso tendente à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);

III. formulação de Bases de Dados Estatísticos e mecanismos de divulgação de dados, incluindo o portal da Internet do Programa de Estatística da SADC;

IV. coordenação e promoção das classificações e padrões de estatística internacionalmente reconhecidos, incluindo as melhores práticas de estatística entre os Estados Membros.

#### **3.7.2.3 Realizações e Actividades Empreendidas**

À luz das actividades priorizadas, os aspectos seguintes constituem as principais realizações e actividades facilitadas pelo Secretariado no domínio de estatística:

I. projecto de padrões de estatística comuns e projectos de acordos sobre o nível de serviços no domínio da Estatística do Comércio Internacional de Mercadorias (IMTS) para a SADC, formulados e acordados entre os Estados Membros;

II. capacidade dos quadros dos Gabinetes Aduaneiro e de Estatística Nacional dos Estados Membros, em termos de aplicações informatizadas de Eurotrace, visando o processamento e análise de dados estatísticos internacionais sobre o comércio de mercadorias, aprofundada;

III. capacidade do Secretariado, em termos de processamento e análise de dados comerciais dos

- Estados Membros, reforçada através da participação no curso de formação avançada de Eurotrace;
- IV. notas de orientação técnica para a compilação de Índices Harmonizados de Preços ao Consumidor (HCPI) para a SADC/COMESA apreciadas e adoptadas;
- V. Índices-Piloto Harmonizados de Preços ao Consumidor (HCPI) para os países da SADC, referentes aos meses de Setembro a Dezembro de 2010, produzidos;
- VI. Portal da Internet do Programa de Estatística da SADC desenvolvido para promover a gestão e divulgação de dados;
- VII. indicadores regionais seleccionados, incluindo o Produto Interno Bruto (PIB), a inflação, as taxas de crescimento anual, o agregado sobre as exportações e importações, a população, as taxas de câmbio e os perfis de países para a série de dados referentes ao período de 2000 a 2009, compilados e validados;
- VIII. projecto de roteiro para a formulação da Estratégia Regional para o Desenvolvimento de Estatística (RSDS) produzido;
- IX. capacidade relativa às várias áreas de estatística da matéria em estudo, especialmente de preços, contas nacionais, estatística do comércio externo para os Estados Membros, criada e melhorada;
- X. realização da reunião anual do Comité de Estatística da SADC, destinada a providenciar orientação estratégica e de políticas, com vista a implementação dos projectos de estatística na SADC.

### **3.7.3 Ciência, Tecnologia e Inovação**

Foi alcançado progresso em matéria de ratificação do Protocolo sobre Tecnologia e Inovação pelos Estados Membros. Até à data, três Estados Membros, designadamente o Botswana, as Ilhas Maurícias e Moçambique, ratificaram o Protocolo. As Ilhas Maurícias e Moçambique depositaram o instrumento de ratificação junto do Secretariado. Outros Estados Membros, nomeadamente o Malawi, a Namíbia, a África do Sul e o Zimbabwe encontram-se numa fase avançada do processo de ratificação e esperam depositar os instrumentos de ratificação até ao final do ano.

Está em curso o processo de integração da perspectiva do género na ciência, tecnologia e inovação, à luz do Protocolo. A região está a progredir em matéria de criação de uma associação de Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia, que deve ser instrumental em promover ainda mais a agenda. Enquanto isso, a região está a coordenar os prémios científicos regionais da mulher Kwame Nkrumah da União Africana. Este programa, que decorre há dois anos, identifica e compensa as melhores mulheres cientistas da região da SADC.

Está a ser levado a cabo, em colaboração com a UNESCO, um projecto focalizado na formulação de políticas e reforço da capacidade. O projecto proporcionará acções de formação sobre políticas para os altos funcionários, em Outubro de 2011.

## 4.1 Políticas, Planificação, Monitorização e Avaliação

### 4.1.1 Visão Geral

As funções de Políticas, Planificação, Monitorização e Avaliação desempenham um papel preponderante na garantia do alinhamento estratégico das operações com os objectivos e as metas da SADC. Outrossim, contribuem para a concretização de níveis mais elevados de eficiência no desempenho das actividades. Com vista a potenciar, com eficácia, a função, foram recrutados vários funcionários no decurso do Projecto de CBRI. Os oficiais começaram a trabalhar a partir de Outubro de 2010.

### 4.1.2 Formulação de Políticas e Estratégias, Planeamento e Monitorização e Avaliação

As funções de formulação de políticas e estratégias, planeamento, monitorização e avaliação conjugam-se para formar a espinha dorsal do sistema de gestão do Secretariado. Estas funções interligadas definem os objectivos, determinam os melhores métodos de apresentação e asseguram a reacção, visando o reajustamento e a aprendizagem para que se melhore, de forma contínua, o processo de formulação de estratégias e o planeamento.

Durante o período em análise, o Secretariado concebeu um plano abrangente, destinado a reforçar o processo de formulação de políticas e estratégias, o planeamento e a monitorização e avaliação. O plano abrangente compreende os seguintes passos-chave:

- I. formulação de um Quadro para a definição de Estratégias, Planeamento, Monitorização e Avaliação (SPME);
  - II. formulação de um processo de revisão de estratégias;
  - III. formulação do Sistema Integrado de Planeamento e Orçamentação da SADC;
  - IV. revisão dos perfis de funções dos postos relacionados com as funções de definição de estratégias, planeamento, monitorização e avaliação;
- O quadro de SPME estará ligado aos sistemas de outras funções de gestão, nomeadamente orçamentação, mobilização de recursos, gestão de recursos humanos e gestão do risco.

### 4.1.3 Plano de Actividades Institucional e Documento de Previsão Orçamental

O Secretariado continuou a elaborar planos de actividade anuais, com base no plano institucional trienal do Secretariado, com vista a orientar a implementação e a gestão das suas actividades.

Inserido na preparação do documento de previsão orçamental 2012-2015, a Direcção do Secretariado deu início ao processo, definindo os objectivos e prioridades para o período, visando melhorar o seu enfoque e âmbito. Este Workshop de definição de objectivos foi realizado em Maio de 2011.

### 4.1.4 Gestão do Risco

A gestão do risco é uma componente central da gestão eficaz e da tomada de decisão da SADC rumo a integração regional. É por esta razão que o Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional orientou uma equipa de trabalho do Secretariado no sentido de formular um quadro tendente a criar o sistema de gestão do risco e a realizar o primeiro processo de avaliação do risco da SADC.

Estou confiante que, na sua próxima reunião, o Conselho receberá uma informação actualizada sobre o progresso substancial feito neste domínio.

**Tabela 1: Taxa de absorção das dotações orçamentais (USD 000)**

Fonte de Financiamento	2010/11			2009/10		
	Orçamento	Real	Taxa de absorção do orçamento	Real	Orçamento	Taxa de absorção do orçamento
Situação geral	77,778	58,998	-24%	63,790	58,560	-8%
<b>Análise</b>						
Estados Membros	31,344	29,608	-6%	27,552	30,489	11%
Parceiros de desenvolvimento	46,434	29,390	-37%	36,238	28,071	-23%

Source: SADC Secretariat, Budget and Finance

A capacidade relacionada com a absorção da dotação orçamental aprovada pode ser explicada, examinando cada fonte de finanças, conforme se segue:

### I. Actividades financiadas pelos Estados Membros

Em 2010/11, as dotações orçamentais não executadas, na taxa de 6%, relacionam-se com o início tardio da implementação dos projectos no domínio do combate ao VIH e SIDA. Relativamente a 2009/10, a elevada taxa de execução orçamental pode ser atribuída aos seguintes factores:

- (a) ao impacto positivo dos mecanismos de controlo orçamental financeiro, que permitiu às partes interessadas operacionais gastar de forma rigorosa, de acordo com orçamento aprovado;
- (b) à precisão da orçamentação para as actividades financiadas pelos Estados Membros, que corresponderam às capacidades de implementação ao nível de financiamento; e também
- (c) ao facto de o financiamento dos Estados Membros pagar de forma considerável as despesas referentes às actividades discricionárias contratadas (por exemplo, emolumentos relativos ao pessoal), acções estatutárias (por exemplo, reuniões de políticas da SADC) e serviços institucionais discricionários, que são fixados razoavelmente a curto prazo;

A limitada contribuição não executada dos Estados Membros referente a 2010/11 relaciona-se com a despesa discricionária para os serviços relativos aos programas. Os desembolsos tardios para estes decorrem devido ao atraso e/ou ajustamentos do plano de implementação dos serviços de programas, por exemplo, estudos técnicos e consultorias atrasadas, motivadas pela necessidade de se assegurar antes a orientação de políticas.

A este respeito, esta contribuição não executada dos Estados Membros deve ser encarada como falta de implementação das acções planeadas para um dado exercício financeiro.

### II. Actividades financiadas pelos Parceiros de Desenvolvimento

- (i) a utilização do modo de financiamento baseado em projectos como instrumento de prestação de ajuda nas acções financiadas pelos parceiros de desenvolvimento resulta na gestão de um sistema adicional de planeamento, programação e orçamento (para as acções financiadas pelos parceiros de desenvolvimento). Os planos e orçamentos assinados com os parceiros de desenvolvimento são reformulados no contexto do plano institucional e das dotações orçamentais do Secretariado da

SADC. Estes são aprovados pelo Conselho de Ministros da SADC;

(ii) no acto da execução orçamental, respeitam-se ainda dois processos, a começar pelos processos normais do Secretariado da SADC e depois a intervenção do parceiro de desenvolvimento em cada etapa da execução orçamental. Esta necessidade adicional continua a impôr atrasos na taxa de execução orçamental;

(iii) não obstante o acima descrito, é do interesse da SADC ser generosa quanto à programação e orçamentação para as acções financiadas pelos parceiros de desenvolvimento, devido à aplicação das cláusulas que indicam os prazos de compromisso para a programação e orçamentação. Sem a adopção desta abordagem, recursos significativos serão devolvidos aos parceiros de desenvolvimento, pois estes podem não ser autorizados nos prazos estipulados nestas cláusulas. Nas circunstâncias abrangidas por esta cláusula, não é invulgar observar-se o fim do .

**Tabela 2: Despesas (financiadas pelos Estados Membros e Parceiros de Desenvolvimento) para os programas e serviços institucionais em 2010/11 (USD 000)**

Classificação da Despesa	Fonte	2010/11	Resumo das Explicações [Valor real relativamente ao Orçamento]	2010/11	Proporção	2009/10	Proporção
		Orçamento		Real		Real	
Serviços discricionários dos programas	Estados Membros	(11,259)	Late commencement on the implementation of projects funded by special contributions [HIV and AIDS] & nonavailability of cash [due to non-payment of Madagascar]	(6,396)	11%	(7,156)	12%
Serviços discricionários dos	Parceiros de desenvolvimento	(45,927)	Falta de implementação das actividades planeadas	(29,390)	50%	(28,071)	48%
Total – Serviços dos Programas (Despesas Variáveis)		(57,186)	(35,786)	61%	(35,227)	(35,227)	61%
Serviços discricionários contratados [emolumentos para o pessoal]	Estados Membros	(13,898)	Preenchimento de vagas antes do período planeado	(14,445)	25%	(14,548)	25%
Serviços discricionários contratados [serviços administrativos institucionais e gerais]	Estados Membros	(6,694)	Sede da SADC	(8,521)	15%	(8,139)	14%
Total – Despesa Fixa [dentro do âmbito actividades actual]		(20.592)		(22.966)	39%	(22.687)	39%
Total – Despesa em Actividades		(77.778)		(58.752)	100%	(57.914)	100%
Total – Financiamento		77.778		58.998		58.560	
Falta de Pagamento por Madagáscar		0		(2.937)		0	
(Défice)/Excedente referente ao exercício financeiro		0		(2.691)		646	

No período em curso, o Secretariado continua a observar os padrões mais elevados que reflectem a aderência aos princípios de gestão de finanças públicas sólida e transparente. As melhorias recomendadas por auditores externos e outras avaliações independentes são implementadas de imediato.

## 4.2 Recursos Humanos e Administração

No domínio dos recursos humanos, será apresentado a este Conselho um relatório especial sobre a implementação do Exercício de Avaliação de Funções, conforme aprovou o Conselho, em 2008. Este relatório examina os objectivos da Avaliação de Funções, o estado de implementação dos resultados da Avaliação de Funções, incluindo os princípios orientadores da implementação, o grau de implementação, os desafios enfrentados no processo, as lacunas identificadas em termos de aptidões, as questões de remuneração, a continuidade institucional, operacionalização do sistema de gestão do desempenho e a gestão da mudança.

Relativamente ao recrutamento, o Secretariado continuou a efectuar o recrutamento para cargos regionais e locais. Dos 56 postos vagos em 2009, 85% foram preenchidos e o recrutamento para os restantes 15% será efectuado durante o exercício financeiro de 2012/2013.

Quanto à contratação pública, foi formulada uma política e, como não se recordar, esta foi aprovada durante a Reunião de Fevereiro de 2011, realizada em Windhoek, Namíbia. Após esta aprovação, foram formuladas directrizes, com a participação de peritos dos Estados Membros. As directrizes foram apresentadas em separado para apreciação e aprovação deste fórum. Também foi produzido um conjunto de Documentos Padrão de Concurso Público da SADC, decorrendo actualmente a sua finalização para se conformarem com a Política.

Foi elaborada uma Política de Gestão das Deslocações, que está a ser concluída, com vista a introduzir medidas de austeridade no Secretariado, à luz dos constrangimentos orçamentais.

Tenho o prazer de informar que, após à conclusão da nova Sede da SADC, os funcionários do quadro foram transferidos dos seus gabinetes satélites para o novo edifício. A Sede foi oficialmente aberta durante um acerimónia que contou com a participação de Chefes de Estado e de Governo.

## 4.3 Relações Públicas

Os esforços tendentes a promover a imagem da SADC e as suas actividades, bem como a aumentar a sua visibilidade, prosseguiram durante o exercício em análise.

### 4.3.1 Promoção Institucional e da Marca

O Secretariado continuou a assegurar a promoção da imagem institucional da SADC, mediante a produção de artigos de marca institucional e de outros materiais publicitários de promoção, nomeadamente a Brochura da Cimeira, o boletim informativo Inside SADC, diários, dísticos, bandeiras, lembranças institucionais, entre outros.

Vários documentos, incluindo instrumentos jurídicos, nomeadamente o Tratado da SADC emendado, foram produzidos em todas as línguas de trabalho da SADC, distribuídos a todos os Estados Membros e lançados no portal da Internet da SADC.



#### 4.3.2 Assuntos Públicos

Neste domínio, foram feitas pelo menos 20 apresentações a estudantes, investigadores, visitantes da Sede da SADC, público em geral, instituições públicas e organizações do sector privado, como actividades de marketing social sobre o mandato da SADC.

De igual modo, continuam a ser distribuídos materiais publicitários da SADC para o público, nomeadamente protocolos, acordos, relatórios, cartazes, panfletos, etc. Já iniciou o processo de actualização do teor do portal de Internet da SADC, tendo uma parte deste teor sido já enviado para tradução em Português. Decorrem negociações com vista à celebração de um acordo para a tradução do mesmo em Francês.

#### 4.3.3 Serviços Fotográficos

Os registos fotográficos de eventos da SADC são arquivados e utilizados para efeitos publicitários em caso de necessidade. Uma fotografia do género, de grande significado histórico e altamente apreciada, é a foto de família de funcionários do Secretariado com o Presidente da SADC, Sua Excelência Hifikepunye Pohamba, Presidente da República da Namíbia, tirada durante a sua visita à Sede, realizada em Abril de 2011.

#### 4.3.4 Prémio de Jornalismo e Concurso de Redacção

Foram realizados os Concursos de Jornalismo da SADC e de Jornalismo sobre Água da SADC, tendo sido outorgados prémios a cinco vencedores de Moçambique, das Ilhas Seychelles, da África do Sul e da Zâmbia. Quanto ao Concurso de Redacção das Escolas Secundárias da SADC, foram recebidas 30 redacções provenientes de 10 Estados Membros, tendo-se sagrado vencedores três concorrentes, respectivamente do Malawi, de Angola e da Tanzânia.

Todos os vencedores receberam os seus prémios durante a 30ª Cimeira Jubilar, realizada em Windhoek, Namíbia, em 2010. Relativamente à revisão dos prémios de jornalismo e do concurso de redacção, iniciaram-se consultas e prevê-se a apresentação de uma proposta aos Ministros responsáveis pela

Educação e pela Comunicação Social, durante a sua reunião bienal sectorial em 2012.

#### **4.3.5 Serviços Bibliotecários**

A Biblioteca do Secretariado continua a colocar a informação à disposição de uma ampla variedade de utentes e a colocar os documentos provenientes de fontes relevantes na sua colecção principal.

Foram também recebidos visitantes e feitas apresentações sobre as funções da Biblioteca. Destacam-se as visitas de Sua Excelência Tenente-General Khama Ian Khama, Presidente da República do Botswana, de Sua Majestade o Rei Carl Gustaf XVI, da Suécia, e do Presidente da SADC, Sua Excelência Hifikepunye Pohamba, Presidente da República da Namíbia.



## 5.1 Correspondência aos Padrões Internacionais

Na sua constante procura de atingir níveis de excelência, o Secretariado iniciou um programa de reformas institucionais, com vista a melhorar a eficácia do auxílio prestado pelos Parceiros de Cooperação Internacional e a tranquilizar os Estados Membros que os seus recursos estão sendo geridos de acordo com os padrões internacionalmente aceites. Conforme já me referi no relatório do ano passado, o Secretariado está a levar a cabo reformas institucionais nas suas principais áreas de funcionamento, a fim de corresponder aos critérios de Gestão Conjunta da UE, classificados em 4 pilares, nomeadamente: padrões contabilísticos, padrões de auditoria externa, controlo interno e contratação pública.

Como estarão recordados, o Secretariado já foi objecto de duas Avaliações Institucionais (AI) realizadas pela UE, em 2007 e 2009. A terceira AI foi realizada em Maio de 2011.

A primeira AI, realizada em 2007, constatou que o Secretariado não cumpriu com qualquer um dos 4 pilares. A segunda AI, realizada em 2009, constatou que o Secretariado cumpriu com apenas um pilar, ou seja, Padrões Contabilísticos. Após a segunda AI, o Secretariado redobrou os seus esforços em matéria de implementação do Programa de Reformas Institucionais. Foi criado o Comité Coordenador de Reformas Institucionais da SADC (SIRCC), composto por funcionários seniores do Secretariado e representantes da UE e da GIZ, para coordenar as acções a nível das Direcções e Unidades. Foi formulado um Roteiro de Reformas Institucionais, que define as medidas que deviam se desencadeadas para dar resposta aos resultados da AI. Foram criados grupos de trabalho técnicos para conceber sistemas e procedimentos adequados em apoio às reformas.

A primeira fase da terceira AI foi realizada em Maio deste ano e a avaliação do relatório preliminar foi de que o Secretariado já cumpre com 3 pilares, nomeadamente Padrões Contabilísticos, Padrões de Auditoria Externa e Padrões de Controlo Interno – Parte I (Quadro de Controlo Interno). A Parte II do Controlo Interno, que é a Auditoria Interna, foi assinalada como área que requer melhoramento. Relativamente ao Pilar referente à Contratação Pública, o relatório de AI indicou que as Políticas e Procedimentos são eficazes. Contudo, para fins de cumprimento pleno, há necessidade de operacionalizar as Políticas e os Procedimentos.

A segunda fase da AI de 2011 está agendada para Novembro deste ano e o Secretariado está confiante que, à luz dos resultados acima descritos, até lá, irá cumprir com todos os 4 Pilares. Permitam-me mencionar que, quando o Secretariado cumprir com todos os Pilares, a SADC e a UE estarão em condições de assinar o primeiro Acordo de Contribuição, o mais tardar, até Dezembro de 2011, e será capaz de autorizar todas as verbas atribuídas no quadro do Programa Indicativo Regional do 10º FED, em apoio à Agenda de Integração Regional da SADC.

## 5.2 Reforço da Capacidade para a Integração Regional

Em relação ao reforço da capacidade, foram recrutados 12 técnicos para apoiar e reforçar as funções de políticas, planeamento, monitorização e avaliação, estatística e mobilização de recursos nas Direcções técnicas do Secretariado. Além disso, foram recrutados 9 funcionários para apoiar a melhoria da prestação de serviços junto das Direcções de Recursos Humanos e de Orçamento e Finanças nos domínios de contabilidade e auditoria dos recursos do FED. O recrutamento de quadros foi efectuado ao abrigo do Projecto CBRI.

Foi realizada de Março a Maio de 2011 uma Avaliação Intercalar do projecto CBRI. As principais conclusões saídas foram de que o projecto CBRI conta com um prazo de implementação consideravelmente reduzido, afectando negativamente o impacto e a sustentabilidade do projecto. Portanto, este atraso resultou na realização acelerada das actividades, o que significa haver pouco espaço para a capacitação e garantia de uma sustentabilidade mínima.

Dado que o Secretariado se encontra ainda na fase de pré-Cumprimento da Avaliação Institucional, a Avaliação observou que a maioria dos esforços empreendidos no âmbito do projecto está concentrada na implementação das recomendações das avaliações anteriores com vista a alcançar o cumprimento cabal até Dezembro de 2011.

De um modo geral, a Avaliação concluiu que o CBRI não pode superar todas as suas necessidades até Dezembro de 2012, data do fim do projecto. Por conseguinte, tornase necessária a redefinição das prioridades com vista a assegurar o impacto e a melhoria da sustentabilidade nas principais áreas de resultados. Portanto, o Secretariado deu início ao exercício de redefinição das prioridades.

Esforços abnegados tendentes a consolidar as questões de reforço das capacidades do SADC foram assinalados por uma Reunião de Estratégia Regional SADC-UE, realizada em Novembro de 2010, em Gaborone. Nesta reunião, os representantes dos Estados Membros da SADC, os Embaixadores da UE na região da SADC e outros Parceiros de Cooperação Internacional (ICP), tais como a GIZ, partilharam e discutiram, entre outros aspectos, o Roteiro das reformas institucionais no Secretariado e os recursos inseridos no 10º FED.

### 6.1 União Africana

Em prossecução da decisão da Cimeira de Agosto de 2010, a SADC intensificou os seus esforços para concertar a sua posição, particularmente no que diz respeito ao modo como as decisões são tomadas e implementadas para que a União Africana (UA) seja um instrumento mais efectivo direccionado à integração e desenvolvimento do Continente.

A SADC está, presentemente, a coordenar a nomeação dos candidatos a Presidente e Comissários da Comissão da UA, com base no princípio adoptado pela Organização de que a apresentação dos candidatos deve ser por consenso após um acordo sobre os candidatos regionais.

O Secretariado continuou a participar em todas as actividades estatutárias da UA de modo a permitir alinhar a agenda da Organização a um Programa de Integração Mínima (MIP) aprovado pelos órgãos de decisão da UA.

### 6.2 Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)

O ano de 2011 marca o 10o aniversário desde a adopção da NEPAD pelos Chefes de Estado e Governo Africanos, em Lusaka, Zâmbia, em Julho de 2001, como programa vanguarda da UA para a transformação socioeconómica do continente. Em 2003, a Segunda Assembleia da UA acordou em integrar a NEPAD nas estruturas e processos da UA. O processo de integração foi finalizado com a Decisão da 14ª Assembleia da UA, de Fevereiro de 2010. De modo particular, a integração da NEPAD na UA resultou no estabelecimento da Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), como o organismo técnico da UA, com um mandato específico, dando, assim, um novo ímpeto à implementação do Programa da NEPAD.

O processo de transição do Secretariado da NEPAD para a NPCA tem estado a progredir sem sobressalto, sob a supervisão do Comité de Orientação de Chefes de Estado e de Governo (HSGOC) e do Presidente da Comissão da UA. A gestão da mudança está a providenciar o espaço, em termos de oportunidades, para a nova entidade institucional da NEPAD concretizar a visão da UA-NEPAD e o seu mandato focalizado na implementação. De igual modo, o HSGOC da NEPAD endossou a Direcção Estratégica da Agência, baseada no Plano Estratégico da Comissão da UA para 2009–2012, enquanto a NPCA adoptou, formalmente, as normas, os regulamentos e as práticas da UA e utiliza-os actualmente nos sistemas de Recursos Humanos, Financeiros e Administrativos.

A NEPAD, através do HSGOC e do Comité Directivo, continuou a servir de plataforma para o diálogo, essencial à mobilização de recursos junto do G8 e do Grupo da OECD dos países desenvolvidos, a fim de alargar e sustentar o apoio mundial para a agenda de integração e desenvolvimento de África. O Programa de Integração Mínima da UA, o Plano de Acção da NEPAD-UA e os respectivos planos sectoriais conexos constituem a base do diálogo da NEPAD com os referidos parceiros de desenvolvimento e outros.

A SADC continuou a desempenhar um papel activo na reactivação do Programa da NEPAD. Neste contexto, Sua Excelência o Presidente Zuma, da África do Sul, está a promover a área de desenvolvimento de infra-estruturas, incluindo a mobilização de recursos, num esforço que visa incrementar o desenvolvimento de infra-estruturas no Continente.

O Secretariado da SADC continuou a participar no Comité Directivo do Programa da NEPAD, em paralelo com outras Comunidades Económicas Regionais.

A colaboração da SADC com a NPCA concentra-se, fundamentalmente, nas áreas da Agricultura e Segurança Alimentar e de Desenvolvimento de Infra-estruturas. Na vertente da Agricultura e Segurança Alimentar, a iniciativa do Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) é o centro da atenção, e vários Estados Membros da SADC assinaram, ou encontram-se no processo de assinar, Pactos do CAADP. Na área de Desenvolvimento de Infra-estruturas, a SADC continua a trabalhar com outras CER no âmbito do Fundo de Preparação do Projecto de Infraestruturas da NEPAD.

A SADC, através dos Estados Membros, representados no Comité Directivo e no Secretariado da NEPAD, continuou também a participar no Fórum de Parceria Africana (APF), no diálogo sobre políticas do G8/OCDE-África, em torno de parcerias e recursos para a integração e o desenvolvimento de África.

### 6.3 Mecanismo Tripartido da COMESA – EAC – SADC

#### 6.3.1 Visão Geral

Em conformidade com os objectivos mais alargados da União Africana, que visam acelerar a integração económica do continente, os Estados Parceiros do Mecanismo Tripartido da COMESA-EAC-SADC continuam a colaborar no âmbito das actividades que visam um programa de harmonização dos acordos comerciais entre as três CER, a livre circulação de pessoas de negócios e a implementação conjunta dos programas infra-estruturais inter-regionais.

A segunda Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Tripartido da COMESA-EAC-SADC teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, a 12 de Junho de 2011. A Cimeira lançou o processo de negociações para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre entre os Membros do COMESA, EAC e SADC. No acto do lançamento do processo de negociações, os Chefes de Estado e de Governo assinaram uma Declaração, que, entre outros pontos, procede ao seguinte:

- I. vincula os Estados Membros do Mecanismo Tripartido a adoptarem uma abordagem de integração do desenvolvimento, fundamentada nos três pilares, nomeadamente de desenvolvimento industrial, infra-estruturas e integração do mercado;
- II. instruiu que fosse preparado um programa de trabalho sobre o pilar de desenvolvimento industrial;
- III. notou o progresso alcançado e encorajou que se realize um trabalho adicional sobre os programas previstos no pilar de infra-estruturas;
- IV. notou que as negociações sobre a ZCL Tripartida sejam impulsionadas pela Comunidade Económica Regional e/ou Estados Membros e decorram em duas fases. A primeira fase incidirá nas questões principais de Comércio de Bens e a segunda fase incidirá no Comércio de Serviços e em áreas conexas ao comércio.
- V. as questões relacionadas com a circulação de pessoas de negócios seriam negociadas de um modo diferente e em simultâneo com a Fase I.
- VI. chegou-se a acordo sobre os princípios das negociações, sobre um Roteiro que reflecta os prazos para as actividades principais relacionadas com as negociações e respectivas conclusões, sobre a implementação dos resultados e sobre o enquadramento institucional para as negociações.

O Projecto de Regimento Interno, que regerá os trabalhos de todos os órgãos do Mecanismo Tripartido e do Fórum Negocial do Comércio Tripartido deve ser submetido à apreciação dos Altos Funcionários do Mecanismo Tripartido, antes do fim de 2011.

O Conselho Tripartido apreciou também um projecto de Visão e Estratégia para o Mecanismo Tripartido, orientado pela Visão da UA, contida no Plano Estratégico da Comissão da União Africana (CUA) para

2009-2012. O Conselho Tripartido notou que o projecto de Visão e Estratégia ainda precisa de ser examinado pelos Estados Membros/Parceiros, devendo os comentários resultantes ser submetidos ao Grupo de Trabalho Tripartido para consolidação e finalização do referido projecto de Visão e Estratégia, a ser apreciado pelo Comité Tripartido dos Altos Funcionários, até ao final de 2011.

### **6.3.2 ZCL Tripartida**

Em conformidade com as decisões da Cimeira, o Grupo de Trabalho Tripartido, que integra os Secretariados das três CER, encomendou um estudo destinado a examinar as opções para o estabelecimento da ZCL Tripartida e remeter os contributos para o projecto de Acordo da ZCL. Após o estudo, o Grupo de Trabalho Tripartido preparou um Projecto de Roteiro da ZCL, bem como um Projecto de Acordo, que estabelecem a ZCL Tripartida, incluindo os Anexos sobre a liberalização tarifária, as barreiras não-tarifárias, as regras de origem, a cooperação aduaneira e matéria conexa, o comércio de trânsito e instalações de trânsito, os recursos em matéria comercial, a política e a legislação que regem a concorrência, as normas técnicas, as medidas sanitárias e fitossanitárias, a circulação de pessoas de negócios, os Direitos de Propriedade Intelectual, o desenvolvimento do comércio, o comércio de serviços e um mecanismo de resolução de litígios.

Os referidos documentos, uma vez circulados aos Estados Membros, constituirão a base das consultas nacionais e regionais entre os Estados Membros na ZCL proposta.

Realizaram-se várias missões a países da região da SADC para explicar o conteúdo do projecto de Acordo e quais os benefícios assumidos pelo Secretariado. Foram também realizadas consultas regionais, ao nível das diferentes CER, e organizados workshops técnicos, ao nível Tripartido.

### **6.3.3 Comércio e Alfândegas**

A par das actividades realizadas sobre a ZCL Tripartida, o Grupo de Trabalho Tripartido tem vindo a implementar um programa de Trabalho que visa harmonizar os procedimentos de facilitação comercial e aduaneira e várias questões que complementam o projecto de Acordo da ZCL. Estas actividades compreendem as seguintes:

I. a realização de workshops de formação a favor dos Estados Membros, concentrando-se na consciencialização sobre as Regras de Origem propostas para a ZCL;

a eficiência operacional dos principais postos fronteiriços no Corredor Norte-Sul está a ser incrementada através da adopção de abordagens concertadas de gestão fronteiriça, que asseguram que todas as agências trabalhem em conjunto de um modo estruturado;

III. a racionalização dos regimes de caução aduaneira do COMESA e SADC. Neste contexto, os Secretariados do COMESA e da SADC assinaram um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento conjunto de um Sistema Tripartido de Gestão de Informação do Trânsito;

IV. a identificação, remoção e monitorização das barreiras não-tarifárias. O Grupo de Trabalho Tripartido, juntamente com os Estados Membros, estabeleceu um sistema e um mecanismo, baseado na Internet, para identificar, monitorizar e eliminar as Barreiras Não-Tarifárias, de um modo transparente e estruturado. O mecanismo permite que os Governos, os comerciantes, as empresas e os prestadores de serviços organizados, envolvidos na facilitação do comércio, procedam à notificação das Barreiras Não-Tarifárias quando as encontram.

### **6.3.4 Desenvolvimento de Infra-estruturas**

#### **6.3.4.1 Autoridade Conjunta de Concorrência sobre a Liberalização do Transporte Aéreo**

A Autoridade Conjunta de Concorrência (JCA) está a ser posta em funcionamento. O Secretariado

temporário da JCA está sediado no Secretariado da SADC. A JCA integra sete membros, dois membros da Comunidade da África Oriental (EAC), dois do COMESA e dois da SADC, mais um presidente em regime rotativo. A nomeação dos membros está finalizada. Os membros da JCA são: Malawi, Sudão e Quênia, na qualidade de Presidente (representando o COMESA), Burundi e Uganda (representando a EAC) e África do Sul e Zimbábue (representando a SADC). O roteiro para a implementação da JCA foi adoptado pelo Grupo de Trabalho Tripartido e inclui o desenvolvimento de um quadro jurídico e institucional, a estrutura orgânica do Secretariado da JCA, os mecanismos sustentáveis para o financiamento da JCA e um Acordo Multilateral de Serviços Aéreos para a implementação da Decisão de Yamoussoukro, no âmbito do enquadramento Tripartido.

#### **6.3.4.2 Implementação de um Espaço Aéreo Único e Contínuo**

Os estudos da Região Superior de Informação de Voo da SADC e da EAC foram concluídos e o estudo em curso do COMESA abordará a questão da harmonização dos três estudos, de modo a que se chegue a uma proposta de projecto única para a implementação de um espaço aéreo superior único e contínuo. O estudo do COMESA abrange também os países que não foram cobertos pelos estudos da SADC e da EAC.

A EAC está a realizar um estudo de seguimento da sustentabilidade do espaço aéreo inferior sem as receitas do Espaço Aéreo Superior e está a rever os aspectos de supervisão da segurança do espaço aéreo unificado. Por outro lado, o COMESA assinou com o BAD, em Fevereiro de 2011, um Acordo de Protocolo de Subvenção, avaliado em USD 8,6 milhões, destinado ao financiamento do projecto do Sistema Tripartido de Comunicação, Navegação, Vigilância/Gestão do Tráfego Aéreo (CNS/ATM). O Grupo de Trabalho Tripartido adoptou o projecto do Sistema CNS/ATM.

#### **6.3.4.3 Programa Conjunto de TIC**

Verificou-se um progresso considerável na vertente do desenvolvimento de infraestruturas de TIC de banda larga para África. No âmbito do mecanismo Tripartido, está a ser desenvolvida a infra-estrutura de suporte de TIC com base em SRIL, COMTEL e EAC-BIN, que interliga os países do interior, sem litoral, aos cabos submarinos. A implementação de cabos de fibra, submarinos e terrestres tem aumentado a disponibilidade, o acesso e a capacidade dos serviços de TIC na região. Em termos do custo dos serviços de TIC, houve uma redução notável do custo dos serviços de dados e de voz.

#### **6.3.4.4 Harmonização dos Planos Directores de Infra-estruturas**

O COMESA e a EAC concluíram os respectivos Planos Directores para o Sector de Transporte. A EAC está também a finalizar uma Estratégia Regional de Transporte e um Programa de Desenvolvimento do Sector Rodoviário. O COMESA preparou a sua Estratégia de Transporte e Comunicações/Programa de Investimento Prioritário (TCS/PIP), que foi adoptado pelos Órgãos de Decisão do COMESA, em 2010. O trabalho em torno do Plano Director de Infra-estruturas da SADC recomeçou, usando diferentes empreiteiros e financiadores e espera-se que o processo fique concluído até ao fim de 2011. Durante o processo de finalização do Plano Director de Infra-estruturas da SADC, terá início o processo de preparação de um Plano Director Tripartido de Infra-estruturas de Transporte abrangente.

#### **6.3.4.5 Programa Abrangente Tripartido de Facilitação do Comércio e do Transporte**

O mecanismo tripartido formulou um Programa Abrangente Tripartido de Facilitação de Comércio e dos Transportes (CTTTFP), que integra uma série de iniciativas das diferentes CER e que está a ser lançado como um Programa-piloto no Corredor Norte- Sul. O CTTTFP incorpora procedimentos aduaneiros, Sistemas Integrados de Gestão Fronteiriça, a caução aduaneira regional, o trânsito, a simplificação e harmonização de procedimentos transfronteiriços e de requisitos reguladores das viaturas comerciais, o esquema regional de seguros contra terceiros, o sistema de controlo de carga de viaturas e harmonização das dimensões e normas de viaturas, as tarifas rodoviárias, o sistema de gestão regional de transportes rodoviários e o estabelecimento de instituições de gestão do corredor.

### 6.3.4.6 Interligações de Energia e Electricidade

O mecanismo Tripartido está a acelerar a implementação de projectos de interligações de energia eléctrica, incluindo a interligação Zâmbia-Tanzânia-Quénia (ZTK), que ligará a Rede (Pool) de Energia Eléctrica da África Oriental (EAPP) e a SAPP e reforçará o comércio de energia no quadro do mecanismo Tripartido. Os patrocinadores estão empenhados no referido Projecto, tendo alcançado um acordo sobre o fornecimento de energia, a estrutura do projecto e o estabelecimento de uma Unidade de Implementação do Projecto.

As outras interligações, que estão a ser aceleradas pelo mecanismo Tripartido, são da Etiópia-Quénia, Eritreia-Sudão e Uganda-Sudão. O Banco Mundial, o BAD, o Banco Europeu de Investimento e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) manifestaram o seu interesse em apoiar o projecto de interligação Etiópia-Quénia, mas sublinharam a necessidade da conclusão de avaliações do impacto ambiental e social e do estudo suplementar de robustez, antes de ser considerado o financiamento do projecto. As propostas de Memorandos relativos à Informação de Projecto (PIM) para os projectos de interligação de energia eléctrica da Eritreia/Sudão e Uganda/Sudão (Sudão do Sul) foram preparadas pelo BAD, enquanto as propostas de MOU Intergovernamentais e de MOU entre os Serviços de Abastecimento de Energia Eléctrica, para os dois projectos, foram preparadas pelo Secretariado do COMESA.

### 6.3.4.7 Programa de Ajuda para o Comércio do Corredor Norte-Sul (NSC) (Corredores de Durban e Dar es Salaam)

Seguem-se os resultados mais notáveis da implementação do Programa de Ajuda para o Comércio do Corredor Norte-Sul:

- (i) a Conta do Fundo Fiduciário Tripartido (TTA) foi aberta no DBSA, sendo este último o Gestor do Fundo, tendo sido também criado o Comité de Investimentos do TTA, que se encontra actualmente em funcionamento. O fundo conta com um montante total de GBP 67 milhões (do DFID) e USD 1 milhão (do DBSA). Estão a ser mobilizados outros doadores para o TTA;
- (ii) foram apresentados os dossiers completos de nove projectos de infraestruturas rodoviárias, que foram apreciados pelo Comité de Investimento, e submetidos ao Gestor do Fundo para financiamento;
- (iii) o desenho da ponte e do posto fronteiriço de paragem única de Kazungula foi concluído, estando em curso os preparativos para a sua implementação, incluindo a mobilização do financiamento;
- (iv) foram lançados os concursos para o Desenho Detalhado e Avaliação do Impacto Ambiental e Social da Estrada Serenje-Nakonde, que serão financiados através do 10º FED;
- (v) os estudos preparatórios sobre o desenvolvimento dos serviços de navegação das vias navegáveis do interior do Chire-Zambeze com o financiamento do BAD estão numa fase avançada;
- (vi) os Estados do Corredor Norte-Sul discutiram o projecto de MoU sobre o estabelecimento das instituições de gestão do corredor, devendo estar pronto para assinatura no final de 2011. Os Estados do Corredor adoptaram também um projecto de plano de acção;
- (vii) foi realizada uma avaliação sobre o que precisa de ser feito em todas as estradas principais regionais no Corredor Norte-Sul, em termos de obras e de financiamento necessários para as manter em bom estado nos próximos 20 anos;
- (viii) os serviços ferroviários foram avaliados e as propostas para o respectivo melhoramento foram preparadas, incluindo um plano estratégico e de negócios para TAZARA, que está a ser reparada;

(ix) os Termos de Referência para uma Unidade Tripartida de Preparação e Implementação do Projecto (PPIU) foram elaborados, estando em curso o estabelecimento da PPIU. A PPIU será acolhida pelo COMESA e será responsável pela preparação de Memorandos de Informação de Projecto, fazendo a ligação com os serviços de preparação de projectos, de monitorização da preparação de projectos e de implementação de pequenos projectos em nome do mecanismo Tripartido.

### **6.3.5 Quadro Jurídico e Institucional do Mecanismo Tripartido**

Em seguimento de uma decisão da Cimeira de 2008, para as CER, segundo a qual se devia apreciar e aprovar o Memorando de Entendimento sobre a cooperação e integração inter-regionais, os três Presidentes, nomeadamente do COMESA, da EAC e da SADC, assinaram o MOU, em Janeiro de 2011. O MoU abarca as seguintes áreas de Cooperação: a Harmonização dos Regimes Comerciais e de Investimento, a Harmonização dos Programas Infra-estruturais, a Cooperação no Programa sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas, a Cooperação em Políticas diversas, a Estabelecimento de Mecanismos e Reuniões Tripartidas de Coordenação, as Consultas e Intercâmbio de Informações e Conhecimentos Técnicos, as Responsabilidades Financeiras, a Programação, a Reciprocidade e Resolução de Litígios.

A fim de apoiar este desenvolvimento, os Secretariados do COMESA, da EAC e da SADC estabeleceram um Mecanismo de Coordenação, integrando as suas respectivas unidades de coordenação tripartidas que, em conjunto, actuarão como um Secretariado Interino para o Grupo de Trabalho Tripartido.



### 7.1 Visão Geral

O Secretariado continuou a manter uma ligação forte com os parceiros de desenvolvimento e foram intensificados os esforços para mobilizar o financiamento a fim de se alargar a implementação dos programas e projectos regionais. A cooperação com estes parceiros teve como fundamento os planos estratégicos da SADC do RISDP e do SIPO e o contexto da Declaração de Windhoek (2006).

Entre outras organizações, recebeu-se apoio considerável das organizações internacionais, tais como a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde, a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Global. Instituições regionais tais como o Fórum de Investigação Agrária em África (FARA) e o fundo fiduciário Southern Africa Trust (SAT) também desempenharam um papel crucial na disponibilização de recursos técnicos e financeiros.

Foi ainda obtido apoio significativo a partir de vários países, entre os quais a Alemanha, a França, a Noruega, a Suécia e o Reino Unido. Os detalhes sobre o apoio prestado pelos ICP estão contidos no Relatório de Balanço da Implementação de Projectos Financiados por Doadores para o Exercício Financeiro de 2010/11.

### 7.2 Cooperação SADC – UE

A cooperação entre a SADC e a União Europeia (UE) continuou com a implementação de programas no âmbito do 9º RSP/RIP (Documento da Estratégia Regional/Programa Indicativo Regional). De igual modo, está a ser feita a programação para o 10º RSP/RIP. Os detalhes sobre todos os projectos implementados no âmbito do 9º FED, assim como da programação do 10º RSP/RIP, estão reflectidos no Relatório sobre a Cooperação SADC-UE.

#### 7.2.1 Programa Indicativo Regional do 9º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento)

A dotação total para o RIP do 9º FED foi de €146,7 milhões e as principais áreas de intervenção foram o Apoio à Integração Regional e às Infra-estruturas. No fim de Junho de 2011, os níveis dos compromissos individuais cumulativos, isto é, contratos, estimativas dos programas no âmbito dos Acordos de Financiamento e desembolsos para os projectos do 9º FED, alcançaram o valor de €79,3 milhões e de €63,49 milhões, respectivamente.

Os projectos mais importantes, apoiados pelo 9º FED, que completaram as suas fases de implementação já planificadas, incluem o apoio à Modernização Aduaneira, o apoio aos Estados Membros no domínio da Normalização, Garantia da Qualidade, Acreditação e Metrologia (SQAM) e o apoio à Implementação e Coordenação da Investigação e Formação Agrárias.

O Projecto CBRI, cujo objectivo principal é apoiar o Secretariado para que alcance padrões reconhecidos internacionalmente em termos de contabilidade, contratação pública, controlo interno e controlo externo, assim como em matéria de reforço da sua capacidade institucional, a um nível em que seja possível qualificar-se para um Acordo de Contribuição no âmbito do 10º FED, alcançou progresso considerável, como pode sustentar a primeira fase da terceira Avaliação Institucional, que apresentou uma avaliação positiva à maioria dos pilares revistos.

#### 7.2.2 Programa Indicativo Regional do 10º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento)

O acesso aos fundos do 10o FED é feito através do Acordo de Contribuição, que passa por o Secretariado se qualificar para o apoio orçamental directo. Foi alcançado progresso nos preparativos para esta qualificação, através do projecto CBRI. Assim, foram feitas três avaliações regionais para se determinar se o Secretariado se qualifica para o Acordo de Contribuição ou não. A primeira fase da Terceira Avaliação Institucional teve início em Maio de 2011 e a segunda está agendada para Novembro/Dezembro de 2011.

A dotação para o RIP relativamente ao 10º FED é de € 116 milhões, concentrando-se, principalmente, em duas áreas de intervenção de Apoio à Integração Económica Regional (REIS), e uma dotação nominal em recursos de cerca de 80 por cento (aproximadamente € 93 milhões), enquanto a componente de Cooperação Regional em Política (RPC) beneficiou de uma dotação de cerca 15 por cento (aproximadamente €17 milhões), sendo os restantes 5 por cento (€5 milhões) atribuídos ao Fundo de Cooperação Técnica.

Tomaram-se medidas significativas na programação do 10º FED com a aprovação dos Acordos de Financiamento para o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (12 milhões de Euros) e para o Fundo de Cooperação Técnica (5 milhões de Euro). A Ficha de Identificação da CRP (18 milhões de Euros) também foi aprovada. A CPR é concebida de modo a providenciar assistência financeira aos Estados Membros da SADC para a promoção da paz e segurança na região, governação democrática, prevenção de conflitos e combate ao tráfico de seres humanos. Decorre o trabalho de programação de REIS. A fase de identificação da concepção dos programas de REIS teve início em 2010, tendo sido já realizados vários estudos de definição de âmbito. O Seminário Regional da SADC/UE teve lugar em Novembro de 2010 para apreciar as actividades futuras na programação do programa REIS.

## 7.3 Cooperação SADC – China

### 7.3.1 Primeiro Fórum de Negócios e Investimento SADC - China

O primeiro Fórum de Negócios e Investimento SADC - China teve lugar em Beijing, China, a 4 de Junho de 2011. O objectivo principal do Fórum foi reforçar a cooperação entre a China e a região da SADC, no contexto da Cooperação Sul-Sul, e criar oportunidades e vias de cooperação entre as Pessoas de Negócios da China e Pessoas de Negócios da SADC.

O fórum criou uma plataforma para a região da SADC apresentar as oportunidades de negócios e de investimento que a região oferece, particularmente nas áreas prioritárias de energia, transporte e comunicação, agricultura e comércio. Criou também uma oportunidade para que se encontrasse a compatibilidade entre as pessoas de negócios Chinesas e as contrapartes da SADC, concentrando-se no desenvolvimento de contratos e parcerias de negócios.

Sua Excelência Hifikepunye Pohamba, Presidente da República da Namíbia e Presidente da SADC, chefiou a Delegação da SADC ao Fórum e proferiu o discurso principal no acto de abertura do Fórum. No seu discurso, o Presidente da SADC encorajou os investidores e empresários da China e da SADC a expandirem os elos existentes e a explorarem as novas oportunidades de investimento através de parcerias de benefícios mútuos.

O momento mais alto da visita do Presidente da SADC à República Popular da China foi marcado pela sua reunião com Sua Excelência, Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, que sublinhou a sólida relação entre a SADC e a China. O Presidente da SADC sublinhou o potencial de investimento existente na SADC, particularmente nas áreas de comércio, infra-estruturas, construção, estradas, caminhos-de-ferro, energia e turismo. Num gesto de concretização da sua afirmação, o Presidente da SADC procedeu a entrega ao seu homólogo dos perfis dos projectos regionais identificados pelos Estados Membros, sob a coordenação do Secretariado da SADC. Sua Excelência Hu Jintao sublinhou que a China continuará a cooperar com a SADC e avaliará os novos projectos regionais da SADC apresentados para determinar o apoio que a China pode prestar.

### 7.3.2 Quadro de Cooperação entre a SADC e a China

O Secretariado e o Conselho da China para a Promoção de Comércio Internacional (CCPIT) celebraram e assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) como quadro de cooperação entre as duas partes.

O objectivo do MOU é facilitar a cooperação entre os industriais e os homens de negócios da China e dos países da SADC, visando explorar novas oportunidades de cooperação económica e industrial, a fim de desenvolver projectos existentes e projectados, alargar a cooperação e encorajar o investimento.

O Secretariado está a formular um mecanismo de seguimento em colaboração com as Câmaras de Comércio e Indústria da SADC, a fim de se monitorizar, com eficácia, o acontecimento em torno da implementação do presente MOU.

### 7.4 Reunião Consultiva dos Secretários-Gerais/Executivos das

Comunidades Económicas Regionais de África e o Governo da Índia Em conformidade com a promoção contínua da cooperação entre a Índia e África, teve lugar de 14 a 16 de Novembro de 2010, em Nova Deli, Índia, uma reunião dos Secretários-Gerais/Executivos das Comunidades Económicas Regionais (CER) de África e o Governo da Índia.

Os objectivos principais da reunião foram os seguintes:

- (i) informar as Comunidades Económicas Regionais (CER) sobre as iniciativas acordadas entre o Governo da Índia e a União Africana;
- (ii) pôr as CER a par dos novos desenvolvimentos que poderão exigir a revisão de programas e estratégias acordados anteriormente; e
- (iii) permitir o intercâmbio de informações e apreciar os avanços realizados pela Índia que podem beneficiar África.

Durante a sua estadia em Nova Deli, os representantes do Secretariado da SADC encetaram consultas bilaterais com o Governo da Índia para fazer o balanço da implementação do Memorando de Entendimento acordado entre a SADC e a Índia, assinado em 1997 e das actividades do Fórum SADC-Índia, bem como fazer o acompanhamento das propostas de projectos da SADC que foram submetidos à Índia para apreciação.

Após estas discussões, o Secretariado submeteu cinco projectos regionais prioritários para apreciação pelo Governo da Índia. Os projectos submetidos dizem respeito às áreas da agricultura, de pequenas e médias empresas e da gestão dos recursos hídricos.

### 7.5 Cooperação SADC – Japão

As negociações entre o Secretariado da SADC e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) foram concluídas com sucesso com o destacamento de um Assessor da JICA na SADC, em Junho de 2011. Este dispositivo deve apoiar a região a SADC nas seguintes vertentes:

- (i) ter acesso ao apoio para a região da SADC, ao abrigo da Declaração de Yokohama e Plano de Acção de Yokohama (2008) da IV Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África (TICAD IV) e a implementação de programas definidos ao abrigo do Plano de Acção de Yokohama da TICAD IV (2008), relativamente a Infra-estruturas, comércio, investimento e turismo, a agricultura e desenvolvimento rural, a concretização dos ODM, ao alargamento de parcerias e a abordagem de questões ligadas ao ambiente/alterações climáticas;

(ii) identificar e formular propostas de programas/projectos na região da SADC para possível apoio financeiro e técnico pela JICA e estabelecer a coordenação necessária com os intervenientes relevantes, a fim de implementar os programas e projectos; e

(iii) facilitar a implementação, monitorização e avaliação dos programas e projectos apoiados pela JICA na região da SADC.

O apoio da JICA ao Secretariado tem uma duração inicial de dois anos. A convite do Jornal Mainich e dos Embaixadores da SADC em Tóquio, Japão, o Secretariado da SADC participou no Fórum da África Austral de 2011, em Tóquio, Japão. O Fórum é um evento anual que conta com a participação de mais de 300 pessoas de negócios e do público em geral com interesse na África Austral. A participação do Secretariado consistiu em pronunciar o discurso principal sobre o clima de investimentos e negócios na região da SADC.

## 7.6 Fórum de Negócios em África e de Entrega de Prémios, Edição 2011

A sétima edição do Fórum de Negócios em África e de Entrega Prémios (Africa Business Forum and Awards) teve lugar de 22 a 23 de Junho de 2011, no Commonwealth Club, em Londres. O Fórum concentrou-se na região da África Austral sob o Tema: “SADC: Integração Regional e Promotores de Crescimento” (“SADC: Regional Integration and Drivers for Growth”). O Fórum foi organizado pelo Conselho Empresarial da Commonwealth (Commonwealth Business Council) e pela SADC, em colaboração com o sector privado, interveniente principal no futuro crescimento da região.

Sua Excelência Hifikepunye Pohamba, Presidente da República da Namíbia e Presidente da SADC, proferiu o Discurso Principal no acto da abertura do Fórum, apresentando um esboço das áreas prioritárias para cooperação e integração regionais na SADC, como articula o RISDP e o SIPO.

Para que se desse ênfase à região da SADC, foi entregue um prémio especial ao “Melhor projecto infra-estrutural da SADC”, durante a Gala e o Jantar, organizados em colaboração com a revista African Business Magazine. O objectivo dos Prémios é reconhecer os indivíduos e as empresas que estão a impulsionar a economia em rápida transformação em África.

O Projecto Fronteiriço de Paragem Única de Chirundu arrebatou o Prémio de Melhor Projecto Infra-estrutural da SADC. O Posto Fronteiriço de Chirundu está localizado no Corredor Norte-Sul e é o ponto de entrada principal do tráfego comercial que entra pela Zâmbia, vindo da África do Sul e de outros portos comerciais do Sul, transitando para o Norte através da África Central e Oriental. Num dia normal, Chirundu conta com a passagem de 270 camiões, o que faz com que passem 8.000 camiões por mês, tanto em direcção ao Norte como ao Sul. Este facto faz do Chirundu um dos postos fronteiriços do interior mais utilizados na África Oriental e Austral.

Os critérios usados para seleccionar o melhor projecto para o Prémio incluíram os projectos de infra-estruturas que tenham sido concluídos dentro dos prazos estabelecidos e/ou de acordo com o orçamento disponível, ou se o projecto foi de grande benefício para a comunidade.

O presente relatório apresentou os progressos alcançados nas diferentes áreas de integração regional de Agosto de 2010 a Julho de 2011. Destacou as questões de natureza e política estratégicas em todos os sectores que são relevantes para a concretização da agenda de integração regional. Note-se que a execução dos projectos e programas pelo Secretariado decorreu em parceria com os Estados Membros da SADC.

A paz e a segurança continuaram no topo da Agenda da SADC. Assim, os esforços de mediação, particularmente no Zimbabwe e Madagáscar, foram redobrados para apoiar estes Estados Membros, de modo a superarem as dificuldades políticas que enfrentam.

Registou-se progresso na área do comércio, da liberalização financeira e da competitividade industrial. Envidaram-se esforços notáveis para facilitar a adesão à ZCL, por parte dos restantes Estados Membros, a implementação dos compromissos de redução tarifária, a abordagem das questões ligadas às barreiras não-tarifárias e a revisão das regras de origem, aplicáveis ao abrigo da ZCL. Isto ocorreu em prol da persecução do objectivo de consolidação da ZCL. Relativamente a finanças e investimento, registou-se progresso notável na facilitação da harmonização das políticas-quadro e dos quadros jurídicos nas áreas de actividades da banca, dos sistemas de pagamentos, de cooperação em matérias tributárias e conexas, incluindo uma abordagem comum dos acordos fiscais, incentivos fiscais e impostos indirectos.

Os desafios a serem superados relacionam-se, principalmente, com a estrutura industrial subdesenvolvida da região. Urge que se superem as dificuldades do lado da oferta, diversificando a estrutura industrial, de modo a que se assegure que a região aproveite ao máximo os benefícios da liberalização e da integração alcançados até ao aqui.

O desenvolvimento de infra-estruturas tem o potencial de contribuir, significativamente, para a concretização dos objectivos da SADC de integração regional e da erradicação da pobreza, especialmente das infra-estruturas de transporte, energia e água. A abordagem dos corredores de desenvolvimento tem um impacto potencial na erradicação da pobreza, pois abre uma vaga de oportunidades de desenvolvimento ao longo dos corredores. De modo particular, as infra-estruturas transfronteiriças regionais, nos sectores dos transportes, de comunicações, de energia e de água, podem facilitar o comércio e o investimento intra-regional, desbloquear as vantagens comparativas nacionais e regionais e superar as necessidades específicas dos países do interior, sem litoral, em termos de acesso ao resto do mundo.

Há necessidade de se desenvolver o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC e as suas componentes principais. É também um imperativo gerir o contributo das infra-estruturas para a erradicação da pobreza, definindo como prioritárias as estradas de acesso rural, a conectividade dos pobres à electricidade, incluindo a electrificação rural, o acesso da população pobre ao abastecimento de água e saneamento, bem como o aumento da produtividade agrícola, através da irrigação, visando melhorar a segurança alimentar dos pobres. Contudo, o financiamento do desenvolvimento de infra-estruturas regionais permanece um dos principais constrangimentos para a concretização desse potencial. Para que alcance um progresso significativo, a região precisa de identificar abordagens mais criativas e inovadoras, para poder superar os défices de financiamento em infra-estruturas transfronteiriças regionais.

O relatório sobre alimentação, agricultura e recursos naturais sublinhou que a região ainda enfrenta alguns défices alimentares e uma subsequente insegurança alimentar, apesar dos resultados positivos significativos alcançados na produção do milho pela

maioria dos Estados Membros ao longo dos últimos dez anos. Assim, a região precisa de incrementar a produção de outros cereais, tais como o trigo, o arroz e o sorgo/milhomíudo para ultrapassar os desafios ligados à insegurança alimentar, tendo em conta o aumento crescente dos preços desses importantes bens primários ao nível mundial.

Precisamos, igualmente, de redobrar os nossos esforços para melhorar a produção pecuária e piscícola. O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional e a Declaração e Plano de Acção de Dar-es-Salaam continuam a ser os quadros orientadores da SADC nos nossos esforços para alcançarmos a segurança alimentar sustentável. Precisamos de continuar a reforçar a monitorização e a implementação destes dois quadros estratégicos a fim de assegurarmos o abastecimento adequado de alimentos aos Estados Membros e o acesso aos alimentos a preços acessíveis.

O aquecimento global, e as suas implicações na insegurança alimentar na região, continua a merecer a atenção adequada e o desenvolvimento de intervenções de adaptação e mitigação, visando minimizar os seus efeitos na região.

Os actuais esforços tendentes a formular a Política Agrícola Regional (PAR) continuam a merecer a atenção especial do Secretariado e dos Estados Membros. Espera-se que a PAR venha a ser uma política-quadro agrícola comum integrada com o objectivo de harmonizar e integrar os objectivos da política, as estratégias e os programas dos Estados Membros, a fim de se providenciar aos Estados Membros as oportunidades para tirarem partido dos benefícios do comércio, decorrentes da atribuição de recursos e da maior concorrência, e para permitir que seja implementada uma maior variedade de projectos no âmbito do RISDP.

Os esforços tendentes ao estabelecimento do Centro de Coordenação de Investigação e Desenvolvimento Agrícola na África Austral (CCARDESA) também merecem o nosso apoio e atenção adequados. O CCARDESA será o ramo da investigação da região, nas áreas da agricultura e dos recursos naturais.

No domínio do desenvolvimento social e humano, o foco de todas as actividades continuou a ser o reforço de capacidades humanas que contribuam para o alívio da pobreza na região, entre outras áreas. Registaram-se progressos consideráveis em 2010/11 relativamente às actividades planificadas e aos grupos mais vulneráveis. As crianças, os jovens e as mulheres beneficiaram de intervenções diversas nos sectores da educação e desenvolvimento de competências, da saúde, do combate ao VIH e SIDA e do emprego e trabalho.

Relativamente aos anos anteriores, vários dos desafios tiveram impactos negativos na implementação dos diferentes programas. Os atrasos verificados na libertação de fundos, tanto pelos Estados Membros, como pelos Parceiros de Cooperação Internacionais, tiveram como resultado a não implementação de várias actividades. De qualquer modo, a recessão económica também continuou a afectar negativamente as iniciativas ao nível do Secretariado e dos Estados Membros, especialmente na concretização dos resultados preconizados.

Face aos constrangimentos financeiros e em recursos humanos, a definição das actividades prioritárias está a ser, e continuará a ser, feita de acordo com os Protocolos existentes e com os compromissos assumidos regional, continental e internacionalmente.

Da nossa parte, o Secretariado tem continuado a abordar as questões relativas ao regimento interno da organização, melhorando-os para que estejam de acordo com os padrões internacionais. Até ao final de Junho de 2011, nós, enquanto organização, devemos ter alcançado uma classificação geral de satisfatório. Esta classificação permitirá que o Secretariado mude de abordagem da ajuda recebida, ou seja, passe de uma abordagem de projectos existentes para uma abordagem de acordos de apoio orçamental às contribuições, concretizando, deste modo, a correspondência do plano de afectação de recursos as prioridades aprovadas.

A fim de sustentar a aplicação destas normas, a estrutura orgânica do Secretariado tem de ser ajustada

de modo a contemplar as necessidades complementares de competências e capacidades. Assim, o Conselho é convidado a reafirmar o seu empenho em sustentar as reformas institucionais.

Como refer o presente relatório, as iniciativas tomadas pelo Presidente da SADC, Sua Excelência Hifikepunye Pohamba, relativamente à promoção de investimentos e à mobilização de recursos na China e no Reino Unido deram à SADC o impulso tão necessário nestas áreas. Portanto, estou confiante que o ímpeto gerado por Sua Excelência será mantido, de modo a que o Secretariado continue a seguir essas vias para aproveitar os recursos disponíveis a fim de se implementar a agenda de integração da SADC.

Uma vez mais, o Secretariado compromete-se a cumprir o seu mandato de promoção da agenda de integração regional e de servir os interesses dos Estados Membros da SADC com toda a seriedade, e não tem quaisquer dúvidas de que os Estados Membros também continuem a compreender o seu papel e a assumir as suas responsabilidades para com um Secretariado que satisfaça melhor as suas necessidades.





## **SADC SECRETÁRIO**

Plot No. 54385  
Central Business District  
Private Bag 0095  
Gaborone  
Botswana

<b>Tel</b>	+267 395 1863
<b>Fax</b>	+267 3972848
<b>Email</b>	<a href="mailto:registry@sadc.int">registry@sadc.int</a>
<b>Web</b>	<a href="http://www.sadc.int">www.sadc.int</a>